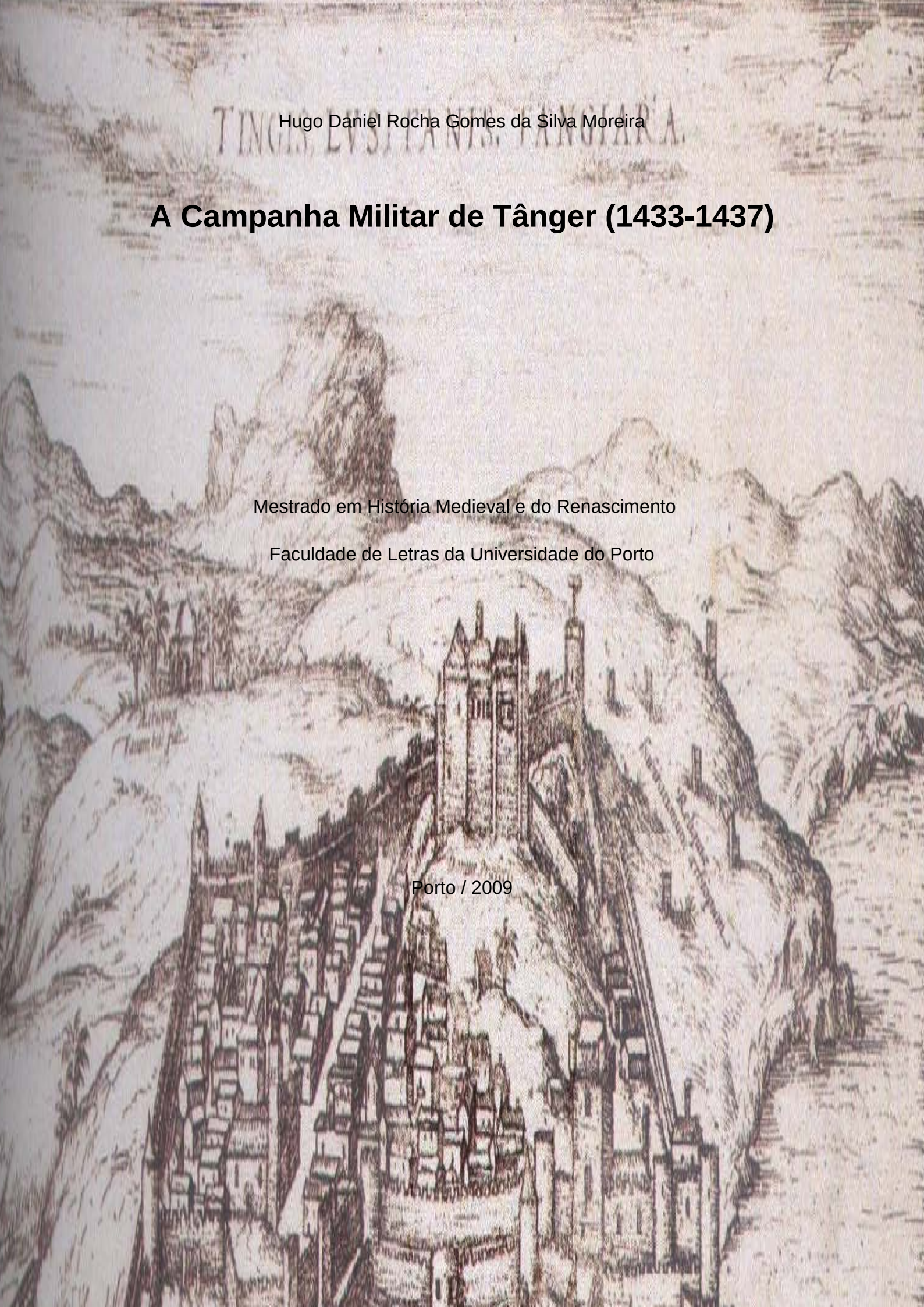




Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva Moreira

A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)

Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Porto / 2009

Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva Moreira

A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)

Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Porto / 2009

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade do Porto no âmbito do Mestrado
em História Medieval e do Renascimento, realizada sob
orientação do Professor Doutor Luís Miguel Ribeiro de
Oliveira Duarte

Índice

Geral

Plano da Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento	11
Introdução	15
Parte I	19

Capítulo I

I . Situação de Portugal no reinado de D.Duarte (1433-1438) em relação à expansão em Marrocos	19
II . Antecedentes	28
III . Porquê Tânger?	33

Capítulo II

IV . Preparação para a Ida a Tânger	36
V . Financiamento da Expedição	64
Parte II	68
I . Execução do Plano	68
II . Chegada a Tânger	70
III . Combates em Tânger	74
Epílogo	86

Conclusão _____	93
Fontes e Bibliografia _____	96

Ilustrações e Quadros:

Imagem Satélite do Estreito de Gibraltar _____	20
Tânger em 1572 _____	34
Quadro da Nobreza que foi para Tânger _____	38
Quadro da Receita para a Armada de Tânger _____	66
Mapa da Rota Marítima da Ida a Tânger _____	69
Montagem do arraial em Tetuão _____	71
Locais da montagem do arraial depois de Tetuão _____	72
Palanque de Arzila _____	79

Plano da dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento

A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)

Parte I

Capítulo I

I. Situação de Portugal no reinado de D. Duarte (1433-1438):

D. Duarte herdou o problema de Marrocos (opções):

- a) Não deixar Ceuta;
 - b) Como resolver o impasse da manutenção de Ceuta?
- 1. Abandonar Ceuta?
 - 2. Manter Ceuta como ponto isolado?
 - 3. Prosseguir as conquistas em Marrocos?

II. Antecedentes:

O que dizia a Nobreza sobre a expansão a Marrocos?

- a) 1415: Ceuta;
- b) 1435-1437: Tânger;

O que dizia o Clero? / Haveria uma opinião unânime?

O que dizia o Povo? / Haveria uma opinião unânime?

Síntese:

- a) Argumentos principais a favor;
- b) Argumentos principais contra;

Estaria a Nobreza preparada e ganharia algo com uma segunda expedição?

O que ganharia com uma nova guerra em Marrocos?

III. Porquê Tânger?

Qual era o seu valor estratégico?

Capítulo II

IV. Preparação para a ida a Tânger:

Quem foi para Tânger?

Que Nobreza?

Papel dos nobres da corte e dos infantes de Avis

O que pensava o Clero?

Papel das Ordens Militares foi crucial?

Que Ordens Militares apoiaram Portugal?

Quantos soldados foram para Tânger?

Porque é que não foram os que estavam estipulados?

- a) Desmoralização/ Falta de Motivação
- b) Erros/precipitação no recrutamento
- c) Falta de barcos: Porquê? Quantos terão ficado?

Papel da *Marinha Portuguesa*:

Seria suficiente o número de barcos que Portugal tinha?

A quem se fretaram mais barcos?

Quantos barcos vieram?

Quem estava responsável pela organização e fretamento dos barcos?

Que equipamento naval tinha Portugal para fazer sucesso nesta empresa?

Exército:

O que dizem as Crónicas sobre isto?

Quantos homens a pé?

Quantos homens a cavalo?

Quantos besteiros?

Seriam suficientes?

Que equipamento levaram estes homens para Tânger?

Que equipamento tinha Portugal em 1437 e que levou para Tânger?

Números cronísticos e números reais

V. Financiamento da Expedição

O Esforço financeiro de Tânger

Quem financiou a expedição?

Parte II

I. Execução do Plano:

Partida da Armada

Rota Marítima da Ida a Tânger

II. A chegada a Tânger

Rota Terrestre de Ida a Tânger

III. Combates em Tânger

Como reagiram os Portugueses?

Qual foi a tática utilizada pelos Portugueses?

Como estavam preparados os Muçulmanos?

Eram comandados por quem?

Como reagiram?

Como é que passaram a ser cercados os Portugueses e porquê?

Que resistência deram os Portugueses?

Uma derrota esperada?

Negociações feitas depois da batalha: O caso de D. Fernando

Regresso aos barcos atribulado

Epílogo

Regresso a Portugal e naufrágio na Andaluzia

Reacção do rei: a eterna culpa

Reacção dos nobres que animaram o rei

Cortes de 1438: Ceuta ou D. Fernando

Fim do Infante D. Fernando

Fim Simbólico

Conclusão:

Balanço político-militar de Tânger

Introdução

O trabalho que seguidamente iremos apresentar, teve o seu início no Verão de 2006. Os motivos que nos levaram a elaborar este estudo foram dois: o gosto por temas medievais, pela História Medieval em si, e o gosto pela temática da guerra, paixão que já temos desde que começámos a gostar de História.

Escrever algo sobre História é uma tarefa árdua. Esta tarefa leva-nos, como na nossa vida, a pesar todos os prós e os contras, a sermos rigorosos e esclarecermos tudo o que devemos esclarecer ao mais ínfimo pormenor. Termos que ser coerentes, razoáveis e, sobretudo, saber que nos podemos debruçar sobre tal matéria, por nós escolhida, sem correremos o risco, de nos infinitos campos e caminhos que tem esta ciência, de nos perdemos por excesso ou por defeito.

Quando nos propusemos a escrever uma tese de Mestrado, a temática da mesma não foi de todo difícil de escolher. Estávamos a completar o plano curricular do primeiro ano de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, quando nos surgiu a ideia de construirmos uma tese sobre estratégia militar medieval.

A temática da estratégia medieval, assim como a História Militar, na generalidade, não está muito desenvolvida no nosso país, embora muito tenham contribuído historiadores de grande craveira, como é o caso de José Mattoso, João Gouveia Monteiro e Mário Barroca (este último com matérias no domínio da arqueologia dos castelos medievais portugueses e da epigrafia medieval portuguesa) e Luís Miguel Duarte. Muitas foram as guerras que se travaram no reino português ao longo de toda a Idade Média. Guerras da Reconquista, Guerras Civis que assolaram o país e puseram em risco a independência nacional, guerras com o reino vizinho, como são os casos das Guerras Fernandinas e da guerra que levou D. João, Mestre de Avis, a rei de Portugal como D. João I; ou então se quisermos as guerras de expansão ultramarina que dominaram o século XV e XVI.

Foi sobre uma batalha de entre elas que recaiu a nossa escolha: a expedição que o reino de Portugal levou a cabo à cidade fortificada de Tânger, em 1437, e que se transformou rapidamente num desastre militar, que ainda hoje é difícil de esquecer, como marca do curto reinado de D. Duarte (1433-1438).

Para elaborar esta tese, além de nos servirmos de obras gerais como as *Histórias de Portugal* coordenadas pelo professor José Mattoso e Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, utilizamos como fontes documentais os *Volumes IV, V e VI da Monumenta Henricina*, a *Chancelaria Régia de D. Duarte*, compilada por Dias Dinis, a *Crónica dos Reis de Portugal* de Duarte Nunes de Leão, *As Obras dos Príncipes de Avis*, nomeadamente o *Leal Conselheiro*, *O Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, o *Volume I* das Obras de Frei João Álvares, nomeadamente *O Tratado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Sr. Infante D. Fernando*, Domingos Maurício Gomes dos Santos na obra *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, dos Anais da Academia Portuguesa de História utilizamos para o nosso estudo a comunicação feita por Dias Dinis sobre *Os Antecedentes de Tânger (II Série, Volume XIII)*, a tese de doutoramento de João Gouveia Monteiro, intitulada *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, a *Nova História Militar de Portugal*, nomeadamente o volume I, coordenado por José Mattoso e finalmente as biografias *D. Henrique, O Navegador*, da autoria de Peter Russell, e a biografia de *D. Duarte*, da autoria de Luís Miguel Duarte.

O nosso objectivo é, sobretudo, ocuparmo-nos dos aspectos militares da expedição, ou seja, desde que esta foi equacionada, ainda no reinado de D. João I, até ao seu fim, analisando assim as causas do seu fracasso e as suas consequências.

Questões como a discussão da legitimidade da guerra em África, a organização e preparação dos soldados antes da partida de Lisboa para Ceuta e posteriormente para Tânger, quem fez parte desta expedição (incluindo todos os estratos da ordem social medieval), quem estava contra, quem estava a favor, e porquê, como se organizou a expedição em território africano, qual o papel do exército e da marinha portuguesas nesta expedição, assim como tantas outras, serão por nós abordadas neste trabalho.

Pensamos que a nossa função, como a de qualquer historiador em preparação e defesa de um trabalho desta envergadura e responsabilidade, não fica só por comentar o que já foi feito, baseando-se sempre em fontes. O historiador deve-se basear em fontes; aliás, deve ser essa a primeira fase do seu trabalho científico, mas também, e este é um aspecto fundamental, deve propor ideias novas, tirando as suas próprias conclusões e partindo de pressupostos, que mesmo sendo iguais aos de tantos outros historiadores, tragam algo de novo e fidedigno ao seu trabalho.

Sendo assim, compete-nos a nós clarear o *negro* reinado (ou pelos menos o que dele pintaram, como sendo um quadro negro e sem qualquer claridade) de D. Duarte. Cremos vivamente que muito do que foi escrito sobre D. Duarte, mesmo não sendo sobre o desastre de Tânger, que é o nosso objectivo principal a desenvolver, não tem hoje grande sentido, nomeadamente o que foi escrito por Oliveira Martins, que diga-se, tinha muito mais imaginação do que qualquer cronista medieval mal informado sobre determinado reinado¹.

Tentaremos então aprofundar a análise da expedição a Tânger, no ano de 1437.

Antes de terminarmos esta introdução gostaria de mostrar o meu mais profundo agradecimento à Faculdade de Letras, que disponibilizou as obras que tanto necessitava, ao meu orientador Dr. Luís Miguel Duarte, que me ajudou sempre, desde que me mostrei interessado a fazer uma tese sobre guerra medieval portuguesa, e pelo incentivo e conselhos que me deu ao longo deste percurso, à Dra. Cristina Cunha pelos conselhos que me deu, à Dra. Susana Cunha, que me disponibilizou a bibliografia do DHEPI da nossa faculdade, sempre que pôde.

Agradeço também à minha família, que me apoiou nos momentos mais difíceis da elaboração deste trabalho e pelo apoio incondicional que me deu. À amiga Júlia Jensen, o meu mais profundo obrigado, aos meus colegas de mestrado e

¹ Muita da informação *negra* que nos dá O. Martins, sobre o reinado do *Eloquente*, está completamente desmistificada na recente biografia sobre o mesmo rei, da autoria de Luís Miguel Duarte, publicada pelo Círculo de Leitores (DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte, Requiem por um rei triste*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pp. 14-27).

a todos os meus amigos do APPC que sempre me deram força anímica para continuar, e a Jorge Bouça e Ana Isabel Machado por acreditarem sempre em mim.

Parte I

Capítulo I

I. Situação de Portugal no reinado de D. Duarte (1433-1438) em relação à expansão em Marrocos:

A primeira alínea da nossa tese vai incidir sobre a situação de Portugal no reinado de D. Duarte (1433-1438), nomeadamente sobre o problema de Marrocos, que caía sobre duas opções:

a) Não deixar Ceuta:

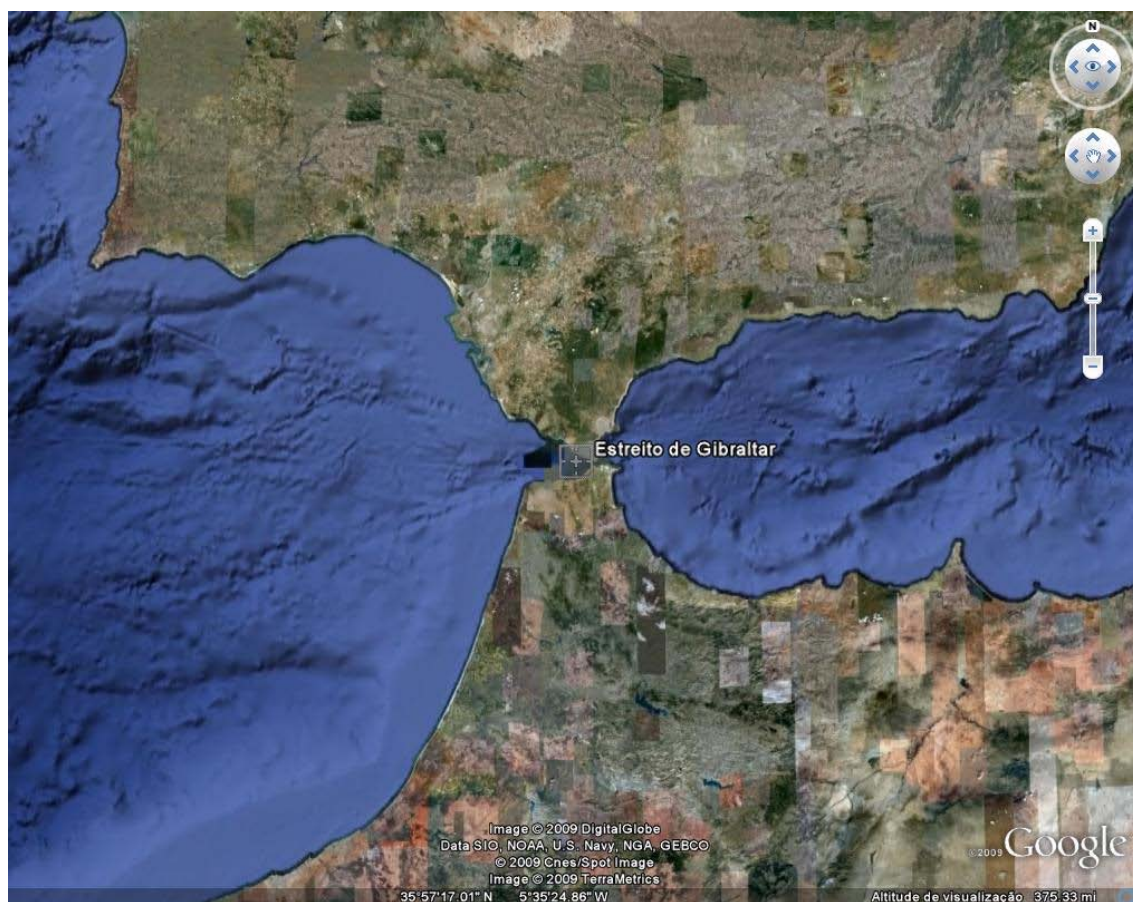
Após subir ao trono, a 15 de Agosto de 1433, D. Duarte reencontrou os assuntos da coroa portuguesa, a que já estava de certo modo habituado, pois D. João I delegou, ainda em vida, e devido ao seu precário estado de saúde e velhice, alguns «poderes» e competências, se assim nos é permitido dizer, ao seu filho mais velho, o ainda infante D. Duarte entre 1412-1413 para o rei se concentrar na armada de Ceuta.

A partir daqui, praticamente todos os assuntos da coroa estavam nas mãos do infante, restando a D. João I, o principal, que era a tomada de decisões definitivas. Entre 1412-1413 e o ano da sua ascensão ao trono em 1433, ou seja, vinte anos, D. Duarte ocupou-se da maioria dos assuntos do reino².

Aos 42 anos, D. Duarte veria a sua longa espera terminada e era levantado Rei de Portugal e senhor de Ceuta. Ceuta essa que lhe deu grandes problemas de administração e mesmo até de defesa, pois sofreu dois cercos por parte dos muçulmanos após a sua conquista em 1415. Este problema adensou-se, pois a Coroa não queria deixar Ceuta. Esta era uma praça que tinha grande valor estratégico para quem a conquistasse, ou seja, permitiria ter o controlo do comércio que passava do Atlântico para o mar Mediterrâneo. No entanto, uma eventual mais-valia de Ceuta, devido ao seu valor comercial, depressa se desvaneceu, pois com o passar do tempo, esta mesma praça além de ser constantemente atacada por muçulmanos, não conseguiu resolver os

² O assunto da associação ao trono está tratado em DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte, Requiem por um rei triste*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pp. 60-85.

problemas, pois os muçulmanos esvaziaram a praça marroquina, os genoveses desapareceram, sendo que Ceuta era então como uma *cidade fantasma*. Não havia comércio, não havia gentes para trabalhar e a praça era difícil de sustentar. A administração era mal feita, apesar de ter um excelente capitão de praça, na pessoa de D. Pedro de Meneses, que anteriormente era alferes-mor de D. Duarte. A tutela da praça por parte da Coroa ficou a cargo de D. Henrique, irmão do rei.



Gravura 1: Imagem Satélite do Estreito de Gibraltar³

Esta era uma praça que dava inúmeros problemas também, porque quase não tinha meios de subsistência. Os meios que a praça dispunha eram quase nulos e o reino de Portugal gastava muito dinheiro na logística, alimentação e pagamentos a cerca de três mil soldados (que consideramos pouco, pois uma

³ Esta imagem foi retirada do programa Google Earth.

praça tem que ter mais soldados para a defender, ainda para mais a acrescentar o facto de ser uma praça ultramarina).

A administração do Infante D. Henrique era muito criticada. Seu irmão, D. Pedro, que esteve ausente do reino, na famosa Carta de Bruges, redigida entre 1425-1426, teceu duras críticas, embora indirectas, ao Infante D. Henrique, no que concerne à sua administração de Ceuta, acusando o rei de saber a solução que se deveria dar à praça, ou seja deixá-la, pois dela não obteria grande rendimento futuro, e de este não a tomar. Senão vejamos o que D. Pedro nos diz na sua famosa carta:

D. Pedro diz então que «enquanto asi estiver ordenada como agora está...»⁴ Ora, esta afirmação já por si só denota discordância, senão como diz Luís Miguel Duarte, ressentimento daquele em relação ao *Navegador*⁵. D. Pedro era um homem com visão de futuro, que pensava bastante e ponderava bem as coisas antes de tomar qualquer decisão. Era, como qualquer dos seus restantes irmãos, um homem muito culto, que se mantinha actualizado em relação aos problemas do reino que o viu nascer, assim como do resto do mundo conhecido. Homem que visitou várias cortes europeias do seu tempo, tinha a experiência e o conhecimento suficientes para se pronunciar com fundamento sobre uma questão como a de Ceuta. A fama de D. Henrique granjeou-lhe proveito; contudo, apesar de este enriquecer também à custa da administração da cidade de Ceuta e do seu comércio, não estava, como já dissemos, a fazer a devida administração⁶. Não havia quase nenhum comércio em Ceuta e com a administração de D. Henrique pouco se evolui, pois antes da tomada da cidade pelos portugueses, o comércio muçulmano era bastante animado e dava para manter a cidade sem que esta precisasse de grandes

⁴ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte, Requiem por um rei triste*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, p. 85.

⁵ Não será demais dizer, e apoiando a afirmação que Peter Russell proferiu na introdução que fez à biografia do Infante D. Henrique (RUSSELL, Peter- *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, página 17), que o epíteto de *Navegador* pelo qual o Infante D. Henrique ficou conhecido, e mesmo até se poderá dizer mitificado, não passa de só isso mesmo, um epíteto. Poucas vezes foram as que D. Henrique navegou, indo somente duas vezes a Ceuta de barco. Este epíteto é portanto um elogio mitificado e sem fundamento.

⁶ D. Henrique era muito famoso e corajoso mas pouco prudente a nível militar. Este último aspecto trataremos e fundamentá-lo-emos mais à frente neste trabalho.

importações. O reino de Portugal tinha grandes despesas com a cidade, pagando a navios estrangeiros para levar os produtos nacionais para Ceuta. Consideramos grave o facto de o reino não ter barcos suficientes para levar e trazer produtos de Ceuta. O fretamento de barcos era sem dúvida, uma despesa para a Coroa, que esta mesma poderia evitar. A cidade era muito mais rica antes de Portugal a conquistar e perdeu toda a população muçulmana que tinha. Ou seja, perderam-se pessoas que tinham conhecimento real da situação quotidiana de Ceuta e que eram o sustento e a riqueza da terra. Mesmo embora sob outro domínio, neste caso o português, alguns muçulmanos experientes poderiam, no nosso entender, dar informações cruciais aos portugueses sobre como viviam as populações e que tipo de coisas se fazia no que diz respeito ao comércio, administração e vida quotidiana da cidade, visto que mesmo que esta fosse convertida totalmente ao domínio português em todos os aspectos, como foi o caso, nunca seria demais ter este tipo de informações, por parte de pessoas que já tinham vivido lá. Este terá sido um dos pontos em que o Infante D. Henrique, que teve a seu cargo a expedição a Tânger, poderá ter falhado.

Ceuta era, portanto, um problema grave que tinha que ser resolvido rapidamente, pois os gastos do reino com esta praça eram demasiado exorbitantes. D. Duarte não queria abandoná-la, pois no seu entender tinha que perpetuar e manter o património da Coroa de Portugal que herdara, que a tinha conquistado com tanto custo. D. Henrique por seu lado, também não pensava sequer nessa situação, mas sim já numa situação contrária, que era a de expansão do domínio português em Marrocos⁷. O infante D. Pedro, pensava que se deveria deixar a praça. Relativamente ao infante D. Fernando, sabe-se que este era muito próximo de D. Pedro, por um lado, mas queria que o reino continuasse com a sua política expansionista em Marrocos. Por outro lado, o povo estava cansado de despesas para manter a cidade de Ceuta (nomeadamente um imposto específico, os *10 reais de Ceuta*); uma vez que os que iam para lá, com o objectivo de desenvolver a cidade, faziam falta ao reino.

⁷ Já em 1432 teria pedido a seu pai, D. João I, que se pronunciasse sobre uma nova investida em Marrocos. O pedido foi feito, mas a autorização para ir para África adiada até ao reinado d' *O Eloquentes*.

Assim como também estava farto de guerras, e não veria com bons olhos uma nova investida militar em África, pois aqueles que eram precisos para conquistar mais terras faziam falta nos mesteres e outras actividades do reino, que certamente não se desenvolveriam com um défice de população⁸.

Como vemos, no início do reinado de D. Duarte, os pareceres estavam divididos. No entanto prevaleceria a opinião do rei, assim como a do Infante D. Henrique. Não abandonando Ceuta, que se faria então? Continuar-se-ia a expansão em Marrocos? Investir-se-ia contra outros territórios muçulmanos, nomeadamente Granada? Quanto a esta última questão, acreditamos que não seja fácil também fazer guerra em Granada, visto que Castela nunca deixaria que Portugal se apoderasse de uma das suas futuras possessões. Castela estava interessada desde sempre em Granada, o último reduto mouro da Península Ibérica. Granada era um projecto joanino, já em 1415, mas que se viu travado por Castela⁹. Este era o verdadeiro dilema de D. Duarte, pois queria, no nosso entender, continuar a expansão em Marrocos, mas sabia que as possessões portuguesas no Norte de África, eram o *calcanhar de Aquiles* da Coroa. Porquê? Como anteriormente foi explicado, Ceuta dava uma enorme despesa à Coroa portuguesa. O rei sabia disso, mas não queria de forma nenhuma abdicar do que foi conquistado pelo seu antecessor.

Estas são questões às quais pretendemos responder na alínea que se segue.

b) Como resolver o impasse da manutenção de Ceuta?

1. Abandonar Ceuta?

No que concerne a este primeiro ponto desta alínea, acreditamos que maior parte do reino não queria abandonar Ceuta. D. Pedro defendia o seu abandono, mas a última decisão cabia ao rei. Este não pensava de todo em

⁸ Esta opinião partilharia, também o Infante D. Pedro, quando nas vésperas da ida a Tânger, D. Duarte pediu ao seu irmão para dar o seu parecer. D. Pedro era contra a operação militar naquela parte do sultanato de Marrocos. Este assunto será tratado posteriormente, com o devido detalhe, no presente trabalho

⁹ Este assunto encontra-se explicitado nos Anais da Academia de História, II Série, Volume XIII, na comunicação intitulada «*Os Antecedentes de Tânger*», feita por Dias Dinis, 1963, pág. 60 a 66. Portugal viu-se como que *obrigado*, no nosso entender, a tomar o rumo da conquista de Ceuta e não de Granada, pois corria o risco de entrar novamente em guerra com Castela.

deixar Ceuta. Porquê? Por um lado, o rei sabia que se deixasse Ceuta ia, sem dúvida nenhuma, ter de comunicar isso ao reino, em cortes gerais. Por outro, sabia também que isso não agradaria ao Infante D. Henrique, que tinha naquela cidade marroquina a fonte de toda a sua riqueza, uma vez que era ele o administrador. Acreditamos que a nobreza também não veria com bons olhos a entrega de uma cidade aos mouros, que tanto custou a planear e conquistar à Coroa, e mesmo pela qual lutou. A cidade não tornava a nobreza rica, não tinha grandes meios de subsistência. Contudo, vários nobres eram nomeados para Ceuta, com certos cargos, como é o caso de D. Pedro de Meneses. Se ficassem sem os cargos, a nobreza ficava de um modo geral empobrecida, e essa situação era impensável para um nobre, que no nosso entender antes se queria rico com uma Coroa falida, do que o contrário. No que diz respeito ao clero, também era de opinião, acreditamos, que Ceuta não se deveria abandonar, pois assim perdia a esfera de influência evangelizadora que tinha em África. Além de que, não nos esqueçamos, que bispos eram nomeados e mesquitas transformadas em igrejas, e este sector da sociedade não queria ver isso desaparecer, caso o reino entregasse a cidade de novo aos muçulmanos.

2. Manter Ceuta como ponto isolado?

Esta alternativa não nos parece viável, visto ser esta cidade difícil de manter. Era rodeada por muçulmanos que queriam reconquistá-la e que não esqueceram o que os portugueses lhe tinham tirado. A tomada desta cidade até pode ter sido bastante fácil, por diversos factores: 1. O plano de conquista foi bem elaborado, estudando-se cada ponto fraco da cidade¹⁰, 2. A espionagem da cidade foi bem feita, mantendo-se o secretismo total, ao contrário do que sucedeu em 1437. Era muito arriscado manter esta cidade isolada, bem equipada¹¹. Porquê? Ceuta ficava no norte de África, logo a seguir ao estreito de Gibraltar. Granada ainda era muçulmana, e o continente africano também o era. Esta cidade ficava como que no meio de dois redutos

¹⁰ Não nos esqueçamos do velho episódio da representação da cidade ao rei D. João I, com favas e areia, sendo as favas todos os pontos nevrálgicos que Portugal deveria atacar.

¹¹ Lembre-se que o reino não estava com o erário régio muito cheio, sendo que tinha que aumentar impostos, para que as suas possessões se mantivessem. D. Duarte estava a tentar equilibrar as contas públicas, uma vez que se gastou muito com a guerra com os castelhanos.

mouros. Portugal para se manter em paz, e com a sua cidade conquistada, teria de chegar a acordo com os mouros. Esta era uma hipótese impossível, pois os muçulmanos nunca quereriam isso. Queriam sim, como afirmamos em cima, ter Ceuta sob o seu domínio.

3. Prosseguir as conquistas em Marrocos?

Neste ponto do nosso trabalho, constatamos como cresciam as preocupações de D. Duarte. Acreditamos que o rei sabia como resolver o problema da forma mais sensata possível¹²; mas, mesmo assim, em virtude das pressões de que foi alvo por parte de D. Fernando, seu irmão, em conjunto com as do infante D. Henrique e da cunhada, Leonor de Aragão, arrastou a situação da ida a África até ao seu limite¹³, pedindo conselhos a alguns dos principais nobres da Corte de Avis, e aos seus irmãos, dos quais só não conhecemos de todo a opinião de D. Fernando.

Se o rei estava dividido, ainda o ficou mais, com as opiniões dadas pelos infantes e pelos Condes de Ourém e de Arraiolos. Alguns deles perguntavam a si mesmos e ao rei no documento que escreveram a esclarecer a sua posição, se tal guerra que se faria, seria ou não legítima, o que deixou D. Duarte numa posição cada vez mais desconfortável, pelo que pudemos analisar nos documentos enviados ao Papa, para este esclarecer se a guerra que se pensava fazer a Tânger, era ou não legítima¹⁴. A hipótese de ir lutar contra Granada, o único reino mouro ainda existente na Península Ibérica, pôs-se também em cima da mesa: algum sector da

¹² Acreditamos, pelas leituras que fizemos das biografias da autoria de Peter Russell e Luís Miguel Duarte, sobre D. Henrique e D. Duarte respectivamente, que a melhor solução seria prosseguir as conquistas em Marrocos noutra altura, quando as finanças do reino estivessem mais estáveis e Portugal mais bem preparado para uma nova guerra. Nesta altura, não o estava.

¹³ Como ficou provado na biografia de D. Duarte, por Luís Miguel Duarte, o rei sofreu uma constante pressão da sua esposa. A ela se juntaram D. Henrique e D. Fernando. A adopção do infante Fernando, filho de D. Duarte, por seu tio D. Henrique, contribuiu muito, a nosso ver, para que a rainha intercedesse a favor da expedição a Tânger.

¹⁴ Os esforços de D. Duarte neste sentido foram incansáveis segundo o que nos diz SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1437)*, Lisboa, 1960, pp.88-90 e seguintes. Pediu parecer ao Papa e mandou os mais experientes teólogos do reino, para que o problema se discutisse. Lutou até às últimas consequências, como denota Luís Miguel Duarte na sua biografia sobre o rei em questão, para não ceder a pressões internas nem externas.

nobreza achava melhor partir para Granada; embora, depois de conquistada ficasse em poder do Reino de Castela, coisa que a nosso ver e de muitos historiadores não traria nenhum benefício a Portugal. D. Duarte também sabia disso e não era o único a não querer intervir em Granada. Os únicos que apoiavam uma ida a Granada eram o Conde de Arraiolos e o Infante D. Henrique.

Uma guerra em território muçulmano, mas que seria castelhano, era, a nosso ver, um perigo iminente para o reino português, pois uma vez conquistada Granada, poderia este território ser o ponto de discórdia entre as Coroas portuguesa e castelhana. Portugal não se deveria meter mais em guerras com Castela, uma vez que custara muito a D. João I a estabilizar, e mesmo assim, em certos pontos do país, ainda havia contenciosos por resolver, nomeadamente junto das populações de fronteira. Para resolver a questão em definitivo e, eventualmente, obter um financiamento para uma expedição militar, D. Duarte convoca cortes, que têm a sua abertura em Almeirim, perto de Santarém. Assim, nas Cortes de Leiria de 1436¹⁵, em Agosto, D. Duarte comunica a decisão final de mandar uma expedição para África com o Infante D. Fernando e D. Henrique. Apresenta aí as suas razões, que, segundo a crónica, são as seguintes:

- Prolongar a guerra que seu pai começou em África;
- Boa ocasião para fazer a expedição (queria aproveitar a ocasião pelo facto de os reinos mouros estarem divididos);
- Combater os mouros, porque isso era servir a Deus;
- Não se querer imiscuir na política dos reinos vizinhos, de quem tinha estreita amizade;
- A convicção de que Deus deu Ceuta ao pai, D. João I, por milagre (mesmo assim, Duarte Nunes de Leão diz que D. Duarte não estava totalmente satisfeito, porque ainda não tinha ouvido o parecer de todos os seus irmãos);

¹⁵ SOUSA, Armindo de - *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica (Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pág. 348-349.

As Cortes passaram a ouvir os principais responsáveis:

O Infante D. Pedro era contra a guerra: haveria muita despesa, o rei ainda não tinha conseguido recuperar a economia devido às guerras joaninas com Castela. Fazer uma guerra era sobrecarregar o povo de impostos, fazer a guerra em África era no fundo guerrear internamente (não há consenso de todo) mesmo que fizesse alianças com os reis dos reinos vizinhos, os muçulmanos sempre lhe resistiriam. Finalmente D. Pedro afirma que caso Tânger fosse conquistada o reino não tinha meios para a defender depois.

O Conde de Barcelos é contra a guerra, mas deixa a decisão final para o rei tomar, o que aliás acontecia sempre também.

Infante D. João é contra a guerra: depois de D. Duarte verificar que também havia dúvidas sobre se a guerra era canonicamente justa ou não, este pede um parecer ao Papa Eugénio IV, sobre a guerra que queria fazer em África e em terras que ainda não lhe pertenciam. Para isso, pede ao Conde de Ourém, que através do doutor Vasco Fernandes comunicasse ao Papa o pedido do rei. A resposta dos teólogos de Roma é que a guerra é legítima, caso se convertam os mouros e se pregue o evangelho;

No entanto, Peter Russell, na obra que elaborou em 2004 sobre a vida e obra do Infante D. Henrique, refere que muitos estudiosos do direito canónico diziam que a guerra aos mouros não era justa, como se fazia crer pela bula emitida pelo Papa para o rei (verifica-se então que não há consenso na Igreja). A justificação da guerra aos mouros pelos seus defensores, era que África era terra de Deus. Se o Papa achava legítimo fazer-se a guerra em Marrocos, então esta dever-se-ia fazer. No entanto, esta guerra seria um pecado, segundo os canonistas, se houvesse danos e mortes para os cristãos. Outra questão que se põe é se o rei poderá, segundo as leis canónicas pedir em cortes o pedido e meio, de que tanto necessitava para a guerra, pois sem ele a guerra não se faria, por não haver recursos. O que a crónica nos diz é que não se deveria, por direito, lançar o pedido e meio para se fazer a guerra. Canonicamente a guerra é justa e necessária, caso se conquiste terra aos mouros. É também justa, necessária e voluntária, quando se faz para converter

os mouros. Ou seja, em jeito de conclusão, por direito não se deveria lançar o imposto extraordinário de pedido e meio ao povo para fazer a guerra em África.

O rei, não satisfeito com o que ouviu, pediu ao Papa uma autorização para se fazer a guerra em território africano, ou seja, uma Bula de Cruzada.

II. Antecedentes:

O que dizia a Nobreza sobre a expansão em Marrocos?

a) 1415: Ceuta;

Esclarecida que está a primeira parte do presente trabalho, passemos então a elucidar o leitor sobre os antecedentes que nos conduziram à expedição e desastre de 1437.

A conquista de territórios africanos pelo reino de Portugal, era já uma das vontades, como já foi dito muito sumariamente no capítulo anterior, de D. João I, por volta de 1411-15, acabando essa vontade por se alargar a todos. A ideia de prolongamento da Reconquista Cristã, para territórios fora do continente europeu, sempre foi uma constante presença na mentalidade europeia, e por consequência, na mentalidade portuguesa, até porque Portugal não tinha outros territórios para onde ir.

Vencer muçulmanos nas mais variadas batalhas era, na mentalidade dos portugueses, um ideal a atingir, sendo que combatê-los era combater pela fé cristã. O ideal das cruzadas dos séculos XI e XII estava-se, portanto, a perpetuar ao longo dos séculos seguintes.

Claro que somente quando o reino português se viu definitivamente em paz com o reino vizinho (Castela), é que se pensou em prolongar a Reconquista para África, mais concretamente para o Norte.

Ceuta era, então, uma hipótese viável e um projecto a concretizar. Para o rei e restante corte era uma excelente ideia, para os infantes D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e D. Afonso a oportunidade de virem a ser armados cavaleiros em campo de batalha, um privilégio que todos os nobres queriam ter.

A pergunta que fazemos imediatamente é: porquê Ceuta? O que teria o reino português a ganhar com uma conquista no Norte de África? Na nossa opinião, há dois pontos de vista que defendemos e que podem ser sustentados. O primeiro, é que Ceuta era um dos pontos nevrálgicos para o comércio com o Norte de África e com o Mediterrâneo. Era muito importante para D. Henrique ter aquela praça sobre sua administração¹⁶, pois assim tinha um excelente controlo do comércio africano e mediterrânico, sendo esta acção um golpe na pirataria muçulmana. O segundo ponto que sustentamos, é do ponto de vista militar e não mais importante que o primeiro. Se Ceuta fosse conquistada, o que se veio a verificar, era o primeiro baluarte do início de uma Cruzada contra o Islão, num novo ponto do mundo que não o Próximo Oriente. Era muito mais fácil prosseguir as conquistas no Norte de África, se tivéssemos Ceuta conquistada e bem defendida.

A nobreza portuguesa, achava que esta era uma boa ideia. Os nobres sempre quiseram guerrear, e poderiam tirar bons dividendos da conquista de Ceuta, como, por exemplo, serem nomeados para administradores da praça, ou então tiravam sempre partido do saque que faziam à cidade. Por outro lado, como teve oportunidade de afirmar Vitorino Magalhães Godinho¹⁷, na sua obra sobre a expansão quatrocentista portuguesa, o reino tinha muito que ganhar a nível económico, se Ceuta ficasse nas mãos do reino da dinastia de Avis, D. João I e os seus sucessores tinham mais *um fardo pesado para carregar*. Pelo que o leitor pode constatar, não havia uma opinião unânime no seio da nobreza no que diz respeito à ida para Marrocos e conquista desta primeira praça. Contudo, o rei quis ir, e a praça foi conquistada no ano de 1415. Os nobres não ficaram em Ceuta, mas segundo o mesmo autor, as riquezas que trariam da cidade eram muitas. Por outro lado, a nobreza quer sistematicamente guerrear; só tem a ganhar com isso, pois da guerra tira-se lucro, quanto mais não seja do saque de conquista. Para a nobreza era uma oportunidade de se exercitar, de ganhar doações que posteriormente seriam feitas pelo rei, em detrimento dos combates e serviço prestado, em terras que seriam do rei.

¹⁶ Embora ninguém tivesse pensado que ia ficar sob o comando dele.

¹⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa D. Quixote, Cap. VII, pág. 176-180.

b) 1435-1437: Tânger;

No que diz respeito à continuação das conquistas portuguesas no Norte de África, este foi um assunto mais moroso de resolver e decidir. Já em 1432 D. Henrique tinha sondado o seu pai, para que este autorizasse uma nova expedição em Marrocos. D. Duarte, que se ocupava de quase todos os assuntos do reino desde a década de 10 do século XV, aconselhou D. Henrique a esperar, pois sabia que o reino precisava de mais estabilidade económico-financeira, coisa que estava em curso e tinha algumas melhorias significativas a partir de finais do ano de 1430. Seu pai achou que a ideia era bem-vinda, contudo seguiu a opinião de seu filho mais velho, o infante D. Duarte. Marrocos ficaria para mais tarde...

No que concerne a Tânger a nobreza estava dividida. Os infantes D. João e D. Pedro estavam contra a guerra e emitiram os seus pareceres. D. Henrique e D. Fernando eram a favor da expedição. Os Condes de Barcelos, Ourém e Arraiolos, também expressaram a sua numa carta endereçada ao rei. Como se constata, não havia uma opinião unânime neste ponto. Por outro lado, o país estava cansado; ainda não tinha recuperado completamente das guerras que tinha travado com Castela, no reinado joanino, pois esta afigurava-se ao reino, como o eterno fantasma espectral, que nunca deixava em paz o reino português.

Estas são as opiniões dos infantes. Logo, não há consenso. O rei ficou com a responsabilidade de decidir a expedição, o que aliás acontecia sempre, pois o rei é que é a cabeça do reino, que é o corpo. A nobreza não tinha nada a perder se fosse para Tânger. Repetir-se-ia o mesmo que em Ceuta. Lutando só ganharia. Podia enriquecer, e estava interessada nisso, no que respeita à conquista a acrescentar que o reino teria. Poderia haver opiniões diferentes das dos infantes, ou até mesmo semelhantes, mas se o rei decidisse que era para levar a cabo tal empresa, a nobreza lutava.

Passemos a outro sector da sociedade portuguesa...

O que dizia o Clero? Haveria uma opinião unânime?

O Clero também não tinha uma opinião unânime. Senão vejamos. Esta classe social defendia que a guerra contra o Islão, fosse em que território fosse, era legítima, pois o Papa era o vigário de Cristo, e como Seu representante, tinha o direito de declarar santa a guerra contra qualquer povo e ficar com a jurisdição espiritual (quando não era territorial também) de todos os territórios conquistados pela Cristandade. A opinião papal era a de que se deveria prosseguir com a guerra contra o Islão. Existia também outro sector dentro da Igreja, que defendia a ilegitimidade da guerra em Marrocos, e esse sector era apoiado por alguns teólogos. D. Duarte consultou a opinião do Clero nas Cortes de Leiria, e como não obteve uma resposta decidida e concreta, interveio junto de D. Gomes para este questionar o papa Eugénio IV, sobre a legitimidade da guerra em África. A resposta do Papa foi que a guerra é legítima, caso se convertam os muçulmanos e se pregue o evangelho. Contudo, D. Duarte quis ouvir o que diziam os procuradores dos concelhos, representando assim o maior estrato social: o Povo...

O que dizia o Povo? Haveria uma opinião unânime?

A parte do Povo que era representado em cortes pelos procuradores dos concelhos, estava contra a guerra, fosse ela santa ou não. O povo não queria pagar mais impostos de guerra, que tanto lhe dificultaram a vida nos tempos da Crise de 1383-1385. Não queria ser de novo sobrecarregado com esse fardo. Todos eram de opinião, tal como o Clero e os infantes D. Pedro e D. João, que uma nova guerra iria dificultar a vida no reino. O povo iria ainda ficar mais pobre, o reino com menos gente que era precisa para produzir e desenvolver o país, e mesmo que se fosse para a guerra, o reino não tinha dinheiro nem gente suficiente para combater. Conclusão: a opinião que domina as cortes é de que não se deveria ir para África novamente, pelo menos para já. É essa a opinião da maioria daqueles que se fazem representar em cortes. Mesmo assim, o rei decidiu o contrário, e a 22 de Agosto de 1437, a expedição para Tânger partiu de Lisboa. Em síntese, os que defendiam que se deveria ir para África, que eram constituídos pela minoria, tinham as seguintes opiniões: Era a

vontade de D. João I e o seu filho mais velho, agora rei e o seu executor testamentário; ir para África era expandir a fé cristã e pregar o evangelho; dever-se-ia prolongar a Reconquista o mais possível, visto ser esse o ideal de D. Henrique; a nobreza precisava de uma guerra para praticar mais as suas lides e feitos guerreiros. Por outro lado também temos os argumentos principais contra a expedição: Marrocos estava bem defendido; o Islão ainda não tinha esquecido a derrota humilhante que sofreu em Ceuta; uma nova guerra não seria um veículo de desenvolvimento para o reino; gastar-se-ia muito dinheiro numa nova guerra e o reino precisava de estabilidade financeira; nem com os reinos ibéricos todos juntos ganharíamos tal batalha; o reino já gastava muito dinheiro e homens a defender Ceuta; conquistar terras ao Islão e matar muçulmanos não era serviço de Deus; mesmo que se conquistasse outra praça, era difícil mantê-la.

Estaria a Nobreza preparada e ganharia algo com uma nova expedição?

O que ganharia com uma nova guerra em Marrocos?

Ao formularmos estas questões, e após a análise cuidada das fontes, poderemos dizer que Portugal não estava preparado, e a Nobreza não era excepção à regra, para uma nova guerra em Marrocos. As praças marroquinas eram muito difíceis de manter, havia constantes cercos às mesmas. Ao enviar os nobres para combater o reino só tinha desvantagens: podia perder gente importante do sector nobiliárquico. Como já dissemos anteriormente, a nobreza queria fazer o que melhor sabia: guerrear. Por um lado tinha desvantagens, porque se poderiam perder nobres importantes nos combates das praças, mas há que constatar que a nobreza enriqueceria com a fortuna que iria fazer em Tânger. Se fosse nomeada para cargos importantes, que era o que acontecia, o rei teria que lhes pagar bem e assim eles poderiam manter a sua casa, às custas das tenças do rei. Ganhariam prestígio militar e seriam conhecidos se os nobres fossem bem sucedidos nos combates contra os muçulmanos. O reino a nosso ver, teria mais despesa que receita com uma nova conquista em Marrocos. Teria que ter dinheiro para gestão financeira do reino e das praças, o

que não acontecia. A nobreza, portanto, ganharia muito; já o reino não ganharia nada senão um encargo difícil de suportar.

III. Porquê Tânger?

Tânger fica situado no Norte de África. Era um território dominado pelo sultão de Marrocos. Tinha um bom porto de mar, era uma baía, e acrescentada a Ceuta, faria toda a diferença para o reino português. Porquê?

D. Henrique tinha planos concretos para continuar a navegação pela costa Ocidental Africana; ou seja, o famoso plano das Índias. O reino de Portugal, não comunicava em termos territoriais com o Norte de Marrocos, contudo, somente era separado pelo Estreito de Gibraltar e por Castela¹⁸. A convicção de D. Henrique de que o continente africano era navegável pela costa ocidental, levou-o a elaborar um estratagema complexo de pontos de apoios nevrálgicos, que tanto dariam acesso a África por terra, como por mar. Por isso D. Henrique queria não só conquistar Tânger, mas também Arzila e Alcácer-Ceguer. Estes pontos, uma vez conquistados, dariam domínio territorial e acesso livre ao continente africano por terra. A ideia é de que haveria um reino cristão no interior de África, cujo rei seria, segundo relatos anteriores dos navegadores que por lá passaram, o tão afamado Preste João das Índias. Esta é, no nosso entender, a razão de domínio e influência que Tânger teria para as descobertas henriquinas, e uma das razões por que Tânger deveria ser conquistada, no entender do rei e dos infantes que defendiam a expansão em Marrocos. Este mesmo território não seria mais que o princípio do que D. Henrique planeava de um domínio português em África, tanto a Norte como a Oeste, percorrendo a costa ocidental.

¹⁸ Veja-se a gravura 1 do presente trabalho.

Qual era o valor estratégico da cidade?



Gravura 2: Tânger em 1572¹⁹.

Estas são imagens relativas à cidade de Tânger, tiradas da obra *De Civitates Orbis Terrarum*. Como já dissemos na alínea anterior, e pelo que podemos ver do que nos é dado pela imagem, sabemos que Tânger era à partida uma praça difícil de tomar²⁰, mas com algum valor estratégico significativo. Os planos do rei eram de continuação da Cruzada de seu pai, e era a obsessão pessoal do Infante D. Henrique. Vejamos porque seria então, no ponto de vista de D. Henrique, uma oportunidade para consolidar as novas descobertas? Os primeiros pontos que salientamos são os seguintes: Ceuta não chegaria, pois, no nosso entender para avançar para sul, sem se ter consolidado outro ponto de acesso. Por outro lado, e já nos referimos ao segundo ponto, na nossa perspectiva, conquistada que fosse Tânger, dominar-se ia o comércio de quem

¹⁹ Retirado e adaptado do site: http://historic-cities.huji.ac.il/morocco/tanger/maps/braun_hogenberg_I_56_1.html.

²⁰ Tânger estava rodeada de montanhas, como se pode ver na gravura em cima. No entanto, a ideia que temos de extrema dificuldade de conquista de uma praça que está quase toda ela cercada por obstáculos naturais, é enganadora. Para além disso a praia era mais acessível.

vinha do Mar do Norte para o Mediterrâneo, comerciar com Génova, Veneza, e outras cidades da Península Itálica medieval. O terceiro ponto, a nosso ver era: o facto de ser um porto de fácil acesso, embora fosse muito cobiçado, quer por árabes quer por outros povos. Por outro lado, o progresso da nossa expansão também barrava a expansão castelhana. Porquê? Se conquistássemos Tânger, ficaríamos quase com o controlo do comércio entre o Atlântico e o Mediterrâneo. Se algum dia conquistássemos Granada, que era uma das opções/alternativas a Tânger, ficavam os portugueses com o controlo total do estreito de Gibraltar. Isso era uma das coisas que Castela não queria, e tudo fez para negar a ajuda de Portugal na conquista de Granada. Já tinha assim dado resposta negativa ao Infante D. Henrique, que se ofereceu para conquistar Granada. Entendemos, por isso, que Tânger teve luz verde, sendo este um dos factores para que se continuasse a guerra de Reconquista em Marrocos.

Capítulo II

IV. Preparação para a ida a Tânger:

Quem foi para Tânger?

A preparação para a ida a Tânger foi deveras morosa, contudo havia um ambiente de bastante ansiedade, quer na Corte, quer no resto do país. Como podemos verificar nas afirmações feitas em alíneas anteriores, o reino já começou dividido no que concerne à realização da expedição. Uma divisão que levou a que o rei fizesse várias consultas aos seus conselheiros do reino e ao próprio Papa. A preparação para a expedição a Tânger, Arzila e Alcácer Ceguer²¹, foi, no entanto, um desastre, com proporções que só se mediram tardiamente, quando as forças portuguesas estavam em campo, em Marrocos. Houve um descuido total no secretismo e preparação quer do exército quer da armada. A espionagem não foi feita por parte dos portugueses. As informações que tinha o Infante sobre o estado do sultanato de Marrocos, assim como dos seus inimigos, não eram exactas. A praça de Tânger estava bem organizada e preparada para se defender, visto que mal o rei deu o seu aval em 1436, nas respectivas cortes, Castela, Aragão e Navarra já sabiam que Portugal iria partir e organizar uma expedição a Marrocos. Logo, era certo que os muçulmanos também o soubessem.

Mas vejamos, então, quem foi para África.

Segundo o que podemos apurar na *Crónica de D. Duarte*²², Rui de Pina diz-nos o seguinte: o rei nomeia os homens que irão compor o exército e armada para África. A expedição estruturava-se em torno de quatro casas. Da casa do Rei estavam presentes: o Infante D. Fernando; o Infante D. Henrique; D. Fernando, Conde de Arraiolos (Condestável do exército); o bispo de Évora, D. Álvaro de Abreu; Vasco Fernandes Coutinho (Marechal); João Rodrigues Coutinho, meirinho - mor; Álvaro Vaz de Almada (capitão mor do mar); Diogo Soares de Albergaria e Fernão Soares de Albergaria (irmãos); Rui Gomes da Silva,

²¹ RUSSELL, Peter - *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, pág. 131.

²² LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. VIII, página 751.

alcaide-mor de Campo Maior; Gomes Nogueira; Martim Vaz da Cunha; Lopo Dias de Lemos; D. Fernando de Menezes; Diogo Lopes de Sousa e Rui Dias de Sousa (irmãos); Leonel de Lima; João Falcão (irmão do bispo de Évora); D. Duarte de Bragança; Pedro Rodrigues de Castro. Da casa do Infante D. Henrique destacamos: D. Fernando de Castro (governador da casa do infante); D. Henrique de Castro e seu filho D. Álvaro de Castro; D. Pedro de Castro; D. Álvaro de Castro e D. Fradique de Castro (filhos de D. Álvaro Pires de Castro); Rui de Sousa, alcaide-mor de Marvão; Gonçalo Rodrigues de Sousa, seu filho (Capitão dos ginetes); João Álvares da Cunha; Rui de Mello (Almirante); Pedro Tavares (Alcaide-mor de Portalegre, Alegrete e Assumar); Comendadores da Ordem de Cristo; nobres de sua casa. E finalmente, da casa do infante D. Fernando compareceram: criados do Infante D. Fernando; Comendadores da Ordem de Avis. Embora D. João não tenha ido, houve pessoas da sua casa que marcaram presença: Álvaro de Freitas e João Fogaça (Comendadores da Ordem de Avis). O infante D. Pedro ficou no reino, juntamente com D. Duarte, mas da sua casa foram: Fernão de Sousa e João Teles. Esta é a lista da nobreza que segundo Rui de Pina, marcou presença; mas pensamos que está muito incompleta. Senão vejamos.

Que Nobreza?

Como podemos verificar anteriormente, esta é uma estimativa de Rui de Pina que contabiliza somente o Clero e a Nobreza. Com os nobres iriam certamente as pessoas que serviriam em sua casa e que tinham obrigações para com o rei, nomeadamente servi-lo. Além das casas nobres que apresentamos, não nos parece, ao que pudemos apurar nas nossas pesquisas, que a nobreza se estenda muito mais na expedição. O estudo de Abel Cruz, na sua dissertação de mestrado, sobre *A Nobreza em Marrocos no Século XV*²³, é muito mais específico, no nosso ponto de vista, do que a *Crónica de D. Duarte*. Nele se contém a seriação de nobres que foram para Marrocos em 1437, assim como aqueles que acompanhavam os mesmos nobres.

²³ CRUZ, Abel dos Santos – *A Nobreza Portuguesa em Marrocos (1415-1464)*, Porto, FLUP, 1995, págs. 97-122.

Quadro da Nobreza que foi para Tânger²⁴

Nome	Categoria Social	Função Exercida	Laço Familiar Pessoal ou Social
Afonso Eanes Montouto	Vassalo		Casa do Rei
Afonso Fernandes	Criado	Escrivão dos Contos/Almoxarifado de Setúbal	D. Fernando de Castro
Afonso Furtado	Cavaleiro	Anadel- mor	Casa do Rei
Afonso de Gralhas	Criado		Conde de Barcelos
Afonso Simões		Prior de Santiago de Tavira	
Aires Afonso	Vassalo	Recebedor do Porto de Arronches	Casa do Rei
Aires da Cunha	Cavaleiro Fidalgo		Infante D. Fernando
D. Álvaro de Abreu	Bispo de Évora (O.H.)	Casa da Relação e Justiça (Corte)	Casa do Rei
Álvaro de Brito	Cavaleiro	Vedor- mor da Artilharia de Guerra	Casa do Rei
D. Álvaro de Castro	Cavaleiro	Alcaide do Castelo de Penamacor	Casa de D. Henrique
D. Álvaro de Castro	Cavaleiro Fidalgo	Coudel da Lourinhã	Casa do Rei

²⁴ CRUZ, Abel dos Santos – *A Nobreza Portuguesa em Marrocos (1415-1464)*, Porto, FLUP, 1995, págs. 97-122.

Álvaro da Cunha	Cavaleiro -Fidalgo		Casa de D. Henrique
Afonso Eanes	Criado		D. Fernando de Castro
Álvaro de Freitas	Fidalgo	Comendador O. S.	Infante D. João
Álvaro Machado	Escudeiro		Rui da Cunha
Álvaro de Moura	Fidalgo		Infante D. Fernando
Álvaro Pinto	Criado e Pajem	Casa da Relação e Justiça (Corte)	D. Pedro de Menezes
Álvaro Vaz de Almada	Rico Homem, cavaleiro/Vassalo	Capitão-mor da frota real/Couteiro Perdizes Lisboa	Infante D. Pedro
Amadis Vaz de Sampaio	Cavaleiro	Dispenseiro	Casa do Rei
Diogo Lopes de Faro	Cavaleiro Vassalo	Comend. C. Marim e Procurador dos resíduos de Beja/ Vedor dos vassalos régios de Castro Marim	
Diogo Lopes de Sousa	Fidalgo, criado	Mordomo-mor e Conselheiro	Casa do Rei
Diogo Pires			
Diogo Soares da Albergaria	Cavaleiro - Fidalgo		Casa do Rei
Diogo Soares Coutinho	Fidalgo		Casa do Rei

D. Duarte	Fidalgo	Senhor de Bragança	Casa do Rei
D. Duarte de Menezes	Cavaleiro	Alferes- mor	Casa do Rei
Infante D. Fernando	Senhor de Salvaterra de Magos, Campo de Botão e Romão	Padroado da Igreja de Salvaterra de Magos	
D. Fernando	Fidalgo, 3º Conde de Arraiolos, Senhor do Montado de Lousada, Paiva e Tendões		Casa do Rei
Fernando Álvares Cabral	Cavaleiro Fidalgo, Vassalo e Criado., senhor de Zurara, Manteigas, Valhelhas e Moimenta	Guarda-mor	Casas do Rei e de D. Henrique
D. Fernando de Castro	Fidalgo	Governador e Alcaide-mor da Covilhã	Casa de D. Henrique
D. Fernando de Castro, <i>O Cegonho</i>	Fidalgo	Governador e Vedor da Casa do Infante D. Henrique	Infante D. Fernando
D. Fernando de Castro, <i>O Velho</i>	Fidalgo		Casa do Rei
D. Fernando de Menezes	Cavaleiro Fidalgo e conselheiro, 2º Senhor de Cantanhede		Casa do Rei
D. Fernando de Noronha	Fidalgo, 2º Conde de Vila Real	Camareiro-mor e capitão de Ceuta	Casa do Rei

Fernão Camelo	Escudeiro - Vassalo	Coudel dos Comendadores de Rio Meão e Vila Cova, Terra de Cota, Escrivão das Sizas de Baião	Casa do Rei
Fernão Coutinho	Cavaleiro, Senhor de Celorico, Armamar e Penaguião	Alcaide do Castelo de Celorico de Basto	Casa do Rei
Fernão Lopes de Azevedo	Cavaleiro	Conselheiro, Comendador da Ordem de Cristo e Casevel, Almoxarife Conselheiro	Casas do Rei e de D. Henrique
Fernão Martins	Fidalgo		Infante D. Pedro
Fernão Pereira	Fidalgo, Senhor de Refóios e Coimbra	Alcaide do Castelo de Santa Maria da Feira	Casa do Rei
Fernão Soares da Albergaria	Fidalgo		Casa do Rei
Fernão de Sousa	Escudeiro	Alcaide-mor do Castelo de Leiria	Infante D. Pedro
Fernão Vaz da Cunha	Rico -Homem e Criado, Senhor de Celorico de Basto e Maia		Casa do Rei
Fradique de Castro, <i>O Tagarote</i>	Cavaleiro Fidalgo		Casa de D. Henrique
Garcia de Valdês	Escudeiro, Cavaleiro		Infante D. Pedro e D. Fernando 2º Duque de Bragança

Gil Fernandes	Escudeiro	Chanceler da Correcção na Comarca de Entre Tejo e Guadiana	Casa de D. Henrique
Gil Mendes		Confessor	Infante D. Fernando
Gil Simões	Cavaleiro e Criado	Escrivão das Sisas, câmara, Almotaçaria e coudelaria de Lagos	Casa do Rei
Gomes Esteves	Escudeiro		
Gomes Frazão	Escudeiro		
Gomes Nogueira	Fidalgo		Casa do Rei
Gomes da Silva	Cavaleiro -Fidalgo	Comendador de Noudar	Infante D. Fernando
Gonçalo Anes	Criado	Alcaide e Escrivão da Almotaçaria de Alcácer do Sal	D. Fernando de Bragança
Gonçalo Botelho	Escudeiro-Vassalo	Escrivão do Desembargo, secretário do bispo de Évora, Juiz de Fora de Portalegre e Procurador do número de Évora	Casa do Rei
Gonçalo Brandão	Criado, Escudeiro		Casa do Rei e Fernão de Souza
Gonçalo Rodrigues	Escudeiro e Criado		Fernão Coutinho
Gonçalo Rodrigues de Sousa	Fidalgo	Comendador de Niza, Montalvão, Alpalhão e Idanha e alcaide do Castelo de Marvão	Casa de D. Henrique
Gonçalo de Tavares	Escudeiro e Criado	Tesoureiro-mor de Ceuta	Casa de D. Henrique

Gonçalo Vaz	Escudeiro		
Gonçalo Vaz	Escudeiro		
D. Gonçalo Vaz Coutinho	Fidalgo	Conselheiro, Comendador da Ordem de Cristo e Meirinho-mor	Casa do Rei
D. Henrique (Infante)	Duque de Viseu e Senhor da Covilhã	Regedor e Governador da Ordem de Cristo	
D. Henrique de Castro	Fidalgo		Casa de D. Henrique
João de Albuquerque	Cavaleiro, Senhor de Angeja, Assequins Figueiredo e Pinheiro		Casa de D. Henrique
João lvares	Cavaleiro da Ordem de Avis e Criado	Secretário e tabelo do Paço	Infante D. Fernando
João lvares da Cunha	Cavaleiro e Criado		Casa de D. Henrique
João lvares Pereira	Fidalgo		Casa do Rei
D. João de Castro	Fidalgo	Capitão das Armadas	Casa de D. Henrique
João Falcão	Cavaleiro	Alcaide-mor do Castelo de Mourão	Casa do Rei e Infante D. Pedro
João Fernandes	Escudeiro		Rui da Cunha
João Fernandes de Arca	Cortesão (fidalgo)		Casa do Rei

João Fernandes Avilês	Escudeiro -Vassalo	Escrivão do almoxarifado de Portalegre, Juiz do Cível e Crime em Évora	Casa do Rei
João Fernandes Coutinho	Fidalgo		Casa do Rei
João Fogaça	Comendador de Azurara (O. Santiago) e Sesimbra	Coudel de Azurara e almoxarife da alfândega de Lisboa	Infante D. João
João Fragoso	Escudeiro e Cavaleiro		João Falcão e Infante D. Pedro
João Fuseiro	Escudeiro, Criado e Senhor de um muro e torre em Évora		D. Álvaro de Abreu e Casa do Rei
João Garcia de Contreiras	Cavaleiro		Casa do Rei
João de Góis	Escudeiro		D. Álvaro de Abreu
João Gomes de Avelar	Cavaleiro-Fidalgo		Infante D. Fernando
João Gonçalves (Câmara de Lobos)	Cavaleiro e Criado		Infante D. Henrique
João Henriques	Vassalo	Escrivão das Sisas e coudelaria de Castanheira	
D. Frei João Manuel		Vigário Geral e Provincial do Carmo	
João Nunes	Cavaleiro		Casa do Rei
João Pereira	Criado	Escrivão das Sisas de Beja	Infante D. Pedro

João Pereira Agostim	Cavaleiro		Casa de D. Henrique
João Rodrigues	Colaço	Camareiro	Infante D. Fernando
João Rodrigues Coutinho	Fidalgo e Conselheiro	Conselheiro e Meirinho-mor	Casa do Rei
João Teles	Fidalgo e Senhor de Ferreira e Vila Maior	Conselheiro	Infante D. Pedro
João Vaz	Escudeiro	Couteiro de Serpa	Vasco Eanes, cavaleiro régio
João Vaz de Hermigeira	Vassalo		
Leonel Lima	Fidalgo e criado, Senhor de Fraião, Coura, S. Martinho, S. Estevão, Jeraz e Valdevez		Casa do Rei
Lopo Dias de Lemos	Fidalgo, Senhor dos quartos dos reguengos de Carnaxide		Casa do Rei
Lopo Machado	Escudeiro		Fernão Martins Alcoforado
Lopo Rodrigues	Escudeiro		
Lopo de Sousa	Escudeiro -Vassalo		Gomes Freire, fidalgo
Luís Eanes	Escudeiro		Casa de D. Henrique

Luís Fernandes	Escudeiro		Diogo Lopes de Sousa
Luís Gonçalves	Criado, Vassalo Régio		D. Fernando de Menezes
Martim Esteves Boto	Vassalo, Senhor de casas na Rua dos Mercadores (Évora)		
Martim Gomes	Vassalo	Escrivão da Almotaxaria e obras de Estremoz	Casa do Rei
Martim Lopes de Azevedo	Fidalgo		Casa do Rei
Martim Lourenço	Vassalo	Tabelião das notas de Évora	
Martim Vaz da Cunha	Fidalgo, Senhor de Azere, Lanhoso e Sinde		Casa do Rei
Nuno da Cunha		Camareiro-mor, Comendador de Aljustrel	Infante D. Fernando
Paio Rodrigues de Araújo	Cavaleiro	Escrivão da Fazenda Régia	Casa do Rei
Pedro de Ataíde	Cavaleiro -Fidalgo	Administrador do Hospital de Santarém	Infante D. Fernando
D. Pedro de Castro	Fidalgo e criado, Senhor das terras de Benviver e Sul		Casa de D. Henrique
Pedro da Costa	Escudeiro	Contador dos Contos de Lisboa	Casa de D. Henrique

Pedro de Figueiredo	Criado	Moço da Câmara	Infante D. João
Pedro Gonçalves Matoso	Clérigo	Arcediago de Lagos e Camareiro	D. Álvaro de Abreu
Pedro Peixoto	Escudeiro -Fidalgo	Governo dos castelos de Sabugal e Almeida	Casa de D. Henrique
Pedro Rodrigues de Castro	Cavaleiro-Fidalgo	Serventuário no ofício do almirantado	Casa do Rei
Pedro de Tavares	Fidalgo	Alcaide-mor de Portalegre e Alegrete	Casa de D. Henrique
Rodrigo Esteves	Amo e criado		Infante D. Fernando
Rodrigo Esteves de Ortigueira	Cavaleiro	Recebedor da sisa dos panos de cor de Lisboa	Casa de D. Henrique
Rui da Cunha	Prior de Santa Maria de Guimarães e criado	Prior de Santa Maria de Guimarães e criado	Infante D. Pedro
Rui Dias de Sousa	Fidalgo		Casa do Rei
Rui Ferreira	Cavaleiro -Vassalo		Casa do Rei
Rui Gomes da Silva	Cavaleiro- Fidalgo	Alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela e Conselheiro	Casa do Rei
Rui de Melo	Cavaleiro- Fidalgo	Almirante e camareiro- mor	Casa de D. Henrique
Rui Mendes Cerveira	Cavaleiro	Aposentador- mor e coudel em Beja	Casa do Rei
Rui de Sousa	Cavaleiro, Senhor dos direitos	Alcaide-mor do Castelo da Vila de Marvão	Casa do Rei e de D. Henrique

	Reais do Marvão		
Vasco Fernandes Coutinho	Fidalgo	Marechal do reino e Conselheiro	D. João I e D. Fernando de Menezes
Vasco da Fonseca	Criado, Escudeiro	Coudel de Arengos	Casa de D. Henrique
Vasco Jorge	Escudeiro	Servidor, Recebedor dos dez reais para Ceuta do almoxarifado de Guimarães	
Vicente Simões	Escudeiro		Casa do Rei

Papel dos nobres da corte e dos infantes de Avis

O papel que, tanto os infantes de Avis, como a nobreza de corte tiveram foi determinante para a preparação da expedição a África.

Começemos então por D. Pedro.

Este infante sempre se mostrou irredutível e tudo fez para que a expedição não fosse levada a cabo. Mostrou-o sempre que pode a D. Duarte, mesmo por escrito e tentou demover o rei da influência que nele estava a ter do seu irmão, D. Henrique. O seu parecer escrito enviado ao rei, enumerando os motivos pelos quais não queria que a expedição se realizasse, é notável. Pelas leituras que fizemos na biografia de D. Duarte²⁵, D. Pedro mostra-se muito descontente por o rei seu irmão lhe ter pedido um parecer sobre tão importante assunto, quando já teria tomado a decisão final de dar luz verde à expedição. Pelo que também podemos apurar, na mesma biografia, o relacionamento entre D.

²⁵ DUARTE, Luís Miguel – D. Duarte, *Requiem por um rei triste*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, página 238-240.

Henrique e D. Pedro, não seria o sonho de relacionamento familiar. Como já dissemos em anteriores alíneas, D. Pedro critica especialmente o infante, acusando-o de só ver os seus próprios benefícios que lhe traria a expedição, acrescentando riqueza, poder e nome; mas que era um projecto que não pensava nas consequências que uma nova guerra traria para o país. Contudo D. Pedro, viria a ter parte influente na organização da expedição embora estivesse contra a mesma, angariando soldados numa das comarcas do reino²⁶.

No que concerne a D. Henrique, podemos dizer que este infante foi, de toda a família de Avis, aquele que mais poder teve para que a expedição se realizasse e tivesse o sucesso que ele esperava. Pela leitura que fizemos da biografia deste infante, da autoria de Peter Russell²⁷, e da biografia de D. Duarte, podemos concluir o seguinte: a obsessão pelas Cruzadas era uma realidade da vida do infante e algo que o acompanhou até ao fim da sua vida em 1460. O zelo cruzadístico deste infante levou-o a tomar decisões que muito prejudicaram o seu reino. O poder e influência que este tinha na corte eduardina era tal que, quaisquer que fossem as opiniões dos outros seus irmãos, a sua valia quase sempre, mesmo que errada. Era dono de uma astúcia e genialidade imensa, muito convincente e persuasivo e sobretudo muito determinado, mas não mostrava nenhum dote de argumentação escrita. O documento que chegou até nós, sobre o seu parecer acerca da expedição, não é pouco mais que uma fotocópia, quase literal de passagens do Novo Testamento. A argumentação que apresenta ao rei, assemelha-se à mentalidade dos clérigos que tentavam converter, nem que fosse à força, se nos é permitido dizer, os gentios. Nas Cortes de Leiria de 1436 os seus argumentos, apesar de muitos estarem contra, foram suficientes para que a sua vontade prevalecesse, juntamente com o parecer do rei, de alguns

²⁶ Este infante recrutou soldados em três regiões do país: Entre Douro e Minho, Beira e Trás-os-Montes. Por isso como podemos constatar, apesar de ser contra uma nova investida militar em Marrocos, D. Pedro teve o seu papel, não se mostrando inactivo. (SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1437)*, Lisboa, 1960, pág. 23, cit. 2.

²⁷ RUSSELL, Peter - *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, 144-145.

concelhos, como é o caso de Lisboa, Porto e Faro e o parecer de D. Fernando, que nunca chegou até nós por escrito.

Por fim D. Duarte...

O rei tinha sido abordado já em 1432, pelo seu irmão D. Henrique sobre o novo projecto de ida a África, ainda em vida de D. João I. O infante então associado ao trono, não quis dar o seu parecer definitivo, e deixou a expedição para segundo plano. Não disse nem que sim, nem que não. Mais tarde, já quando é rei, vem a sofrer novamente pressão do seu irmão, assim como de D. Fernando, que no nosso ponto de vista, *ameaçou* o rei de que se iria embora, sob clara influência de D. Henrique. A acrescentar a pressão que já sofria, o rei viu-se a braços com a promessa de continuidade da política expansionista de seu pai, algo que no nosso entender, deve ter sido tão decisivo como a influência sofrida pelos irmãos e finalmente por D. Leonor de Aragão, sua mulher. Esta mostra-se claramente, pelo que Pina nos transmite na *Crónica de D. Duarte*, uma das maiores influências para o rei. Nos relatos de Pina, se nos é permitido dizer, o rei dançava ao som da música da rainha. Estava então o rei muito pressionado. É devido a esta pressão, que mesmo contra a sua vontade, mas assumindo todas as responsabilidades, que ele dá luz verde à expedição.

O que pensava o Clero?

Chegados a este sector da sociedade medieval portuguesa, deparamos com uma facilidade e um problema. O primeiro é que a tabela com a listagem de todos os nobres e seus vassalos que foram a Tânger já contém vários membros do clero. Quanto ao segundo ponto, passa a ser um problema, pois nem a *Crónica de D. Duarte*, nem a biografia de D. Duarte, que já citámos também, nem mesmo a tese de Mestrado do professor Abel Cruz nos indica mais algum elemento clerical! Vejamos então dentro deste sector, qual foi o papel das ordens religioso-militares em Tânger.

Papel das Ordens Militares foi crucial?

No que diz respeito a este ponto, temos primeiro que alertar para uma questão premente: as ordens militares estavam integradas no contexto sócio-militar da expedição? Ou seriam tratadas de forma diferente, uma vez que têm mais dinheiro e poder que qualquer exército, real ou privado?

As respostas a estas questões estão intimamente ligadas e não podem ser separadas umas das outras. Para várias questões temos uma única resposta: as Ordens Militares prestam um serviço à coroa, assim que são chamadas a prestá-lo. Neste caso, todas as ordens militares que foram no exército, ou seja, Avis, Cristo e Santiago, já têm os seus soldados e vassalos mencionados na tabela referente à nobreza em Tânger, do presente trabalho.

A importância do papel desempenhado pelas ordens que foram para o Norte de África, não é salientada em nenhuma fonte que tenhamos analisado. A *Crónica de D. Duarte*, que seria de esperar, uma crónica com um óptimo relato sobre o que se teria passado em Tânger, assim como a importância de quem foi combater pelo rei, não faz qualquer menção significativa às ordens.

No entanto, apesar de não mencionadas, as ordens militares do reino tinham um papel bastante activo. As ordens militares, no reinado de D. João I, e no reinado do seu filho D. Duarte, tinham uma representação significativa no exército: 10% no total dos efectivos. Ou seja, D. João I queria a título definitivo no território português um total de 1500 arnezes. Da Ordem de Cristo e Santiago caberiam 50, à Ordem de Avis 40 e ao Prior do Crato 20 arnezes. Ao todo, todas as ordens contribuiriam com mais de 10% do equipamento militar defensivo²⁸. Segundo João Gouveia Monteiro²⁹, na análise que faz sobre a participação das ordens militares desde os tempos de D. João I, é que estas tinham a obrigatoriedade de ter sempre permanentes e activas, para a guerra, 340 lanças, no total previsto, que era de 3200. Podemos concluir então, que é

²⁸ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pág. 81.

²⁹ MONTEIRO, João Gouveia – *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os Desafios da Maturidade*, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, coord. de José Mattoso, 2003, pp. 200-202.

já bastante significativa a proporção das ordens militares num exército, tendo em conta que o restante era recrutado nos concelhos, sendo os besteiros e os aquantiados aqueles que os representavam. O exército era também constituído pela nobreza, juntamente com os seus vassalos, e os mercenários, aqueles que faziam da guerra o seu modo de vida, pois eram pagos com elevadas quantias e contratados a mando do rei.

Sendo assim, e não mudada a política de recrutamento do reino, por parte de D. Duarte, consideramos então que para Tânger foram cerca de 10% do total do efectivo do contingente que embarcou a 22 de Agosto de 1437, ou seja 800 homens. Tendo em conta que dos 14.000 esperados, só 8.000 embarcaram, 800 homens já é um número, no nosso entender, bastante elevado.

Quantos soldados foram para Tânger?

Segundo as crónicas, o número que se estimava que embarcasse em Agosto de 1437 era de 14.000 homens. No entanto, segundo uma análise mais exacta, ou seja a biografia do Infante D. Henrique, da autoria de Peter Russell³⁰, foram 3500 homens de armas a cavalo, 500 besteiros montados, 2500 besteiros desmontados, 7000 peões e 500 criados, estes últimos não fazendo parte do contingente militar. Contudo ao analisarmos estes números, verificamos que era impossível levar 4.000 cavalos nos barcos. Porquê? O primeiro aspecto é que muitos barcos faltaram ao compromisso que tinham com o reino. O segundo aspecto que salientamos, são as questões climatéricas. Estávamos em pleno Verão naquela época, e os cavalos morreriam por não suportarem o calor. Já de si seria um risco. Pensamos que tal façanha é de todo impossível. Quando olhamos para este número total de efectivos, verificamos que o reino tinha homens suficientes para perfazer tal exército, mas estes acabaram por não ir por diversos motivos. Houve precipitação no recrutamento. Os soldados que estavam para ir não foram todos. Dos 14.000 que estavam estimados, já contando com os que viriam nos barcos fretados pelo reino, somente 8000 partiram para Tânger. D. Henrique deu pela falta de soldados, mas, obstinado,

³⁰ RUSSELL, Peter - *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pág. 151.

continuou com o projecto. Faltavam barcos que traziam soldados das regiões germânicas, Inglaterra, Flandres e França.

Fretaram-se também barcos em outros reinos e regiões como é o caso da Flandres, Inglaterra, regiões germânicas e os reinos vizinhos, Castela, Aragão e Navarra. Juntamente com os barcos, de que falaremos no capítulo dedicado à Marinha, não nos chegou qualquer número sobre os soldados que vieram nesses mesmos barcos, ao que tentamos apurar. As fontes e bibliografia são muito pouco esclarecedoras no que concerne a esta alínea do nosso trabalho. Contudo, no dia 22 de Agosto de 1437 partiram para Tânger somente 8000 homens. Vejamos então porque partiram tão poucos homens...

Porque não foram os que estavam estipulados?

No nosso entender, há vários motivos para esta situação ter acontecido. Dividimos os motivos em 3 factores essenciais, que nos parecem reveladores de tal acontecimento.

a) Desmoralização/ Falta de Motivação

Ao que pudemos apurar, e pelo que já dissemos em alíneas anteriores, a desmoralização e/ou falta de motivação constituiu um dos grandes problemas em volta da organização da expedição a Tânger. Porquê?

Começemos pelos pareceres que foram emitidos cerca de 1432-1436 para o rei. Muitos deles são unânimes, que uma nova guerra em Marrocos, não devia ser feita. Principalmente o parecer de D. Pedro apresenta-nos razões mais do que convincentes para que o projecto não se realize. Ele próprio diz que o povo estava cansado de guerras, assim como os outros dois sectores da sociedade: Nobreza e Clero. O próprio rei, em Cortes, verificou que a oposição era esmagadora. Quase todos os concelhos³¹ estavam de acordo em não se fazer qualquer guerra, fosse em que parte fosse, pois isso seria

³¹ Com a excepção de Porto, Lisboa e os concelhos litorais do Algarve, pois a estes interessava-lhes o comércio com o Norte de África.

um agravo para o povo, que veria os impostos serem aumentados. O reino estava a entrar em fase de estabilidade, que finalmente se poderia verificar, já desde 1420, ainda D. João I era vivo. O povo, representado pelos concelhos nas Cortes, quer de 1433, quer de 1436, mostrou então a sua falta de motivação/desmoralização, pelo facto de, como já dissemos, se opor veementemente à expedição.

b) Erros/precipitação no recrutamento

Desde que o rei deu luz verde para se preparar a expedição, houve desde início muitos erros/precipitação. Senão vejamos...

A expedição não assentou em qualquer tipo de espionagem. As informações que chegavam a D. Henrique e por conseguinte à corte eram enganadoras. D. Henrique afirmava que Marrocos estava com tensões políticas e que os líderes das várias regiões daquela área do Norte de África estavam em guerra. O rei também acredita nisso³². O que não é verdade. Sallah ben Sallah não tinha esquecido a humilhação que sofreu em Ceuta, no ano de 1415, quando D. João I, juntamente com os seus filhos, conquistara Ceuta para surpresa da comunidade que aí vivia. Nesse caso, em 1415, a espionagem e o secretismo em torno da expedição foram uma das pedras basilares para que a mesma tivesse sucesso. Para Tânger, foi exactamente o contrário. Não houve secretismo, as informações que o infante dava ao rei eram erradas, não havia espionagem concreta feita na cidade de Tânger, dizendo-se que a cidade era de fácil acesso, mas essa não era a realidade. Tânger estava rodeada de montanhas, embora não fossem muito altas e era uma baía. O acesso terrestre era mais complicado que o acesso por mar. Os muçulmanos já estavam a preparar-se para terem a sua vingança pela derrota sofrida em Ceuta. O governador de Tânger, que era o mesmo de Ceuta em 1415, era inimigo de D. Henrique. O próprio não sabia que Sallah ben Sallah tinha passado a governador

³² Veja-se a este propósito as razões que levaram D. Duarte a fazer a guerra aos mouros em SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1437)*, Lisboa, 1960, pág.95-97 (doc. 14).

daquela cidade, e equipado a fortaleza bastante bem, inclusive com besteiros de Granada. O que também complicou bastante a situação foi o facto de Portugal estar em litígio com Castela pela posse das Canárias e a mesma Castela já saber que Portugal iria para Tânger. Castela achava-se no direito de conquistar Tânger, por o seu rei ser descendente dos reis visigodos que conquistaram aquele ponto do Norte de África. Daí até a notícia circular em Granada, e no *panorama político internacional*, foi muito rápido. Marrocos passava a saber que Portugal iria, ou tinha tenções de avançar com uma expedição contra o Norte de África e preparou-se muito bem defensivamente, com muito tempo de antecedência. Faltaram ao chamamento do reino cerca de 6.000 soldados, pelas nossas estimativas. Porquê? Pensamos que talvez muitos homens não compareceram por medo, por estarem cansados das guerras, e talvez mesmo preferissem ser presos a ter que comparecer e combater por uma guerra pela qual também não se identificavam; pois esta era a opinião da maioria dos habitantes do reino, expressa em Cortes, como já referimos neste trabalho.

c) Falta de barcos: Porquê? Quantos terão ficado?

Muitos barcos faltaram ao compromisso que estabeleceram com D. Duarte. Infelizmente não sabemos, pelas leituras que fizemos, quantos barcos foram fretados e mesmo até quantos é que tinham ficado no reino. Contudo temos hipóteses que pensamos que poderiam ser viáveis: a) Os reinos que tinham estabelecido acordo com D. Duarte por causa do fretamento, não cumpriram o mesmo acordo; b) Castela e Aragão estavam em guerra interna; c) Os barcos fretados seriam necessários para o comércio, pelo que os reinos não se disponibilizariam a dispensar os seus barcos; d) os barcos utilizados na guerra eram também barcos de transporte. Das regiões já referidas pelas quais se fretaram os barcos, faltaram os da Biscaia, Flandres, da França, Castela, Aragão e das regiões germânicas. Esta situação revela por outro lado que os barcos não foram verificados no que diz respeito à tripulação, o que constitui por si só um erro grave, para que se possa somente atribuir as culpas de fracasso desta expedição ao rei D. Duarte. O *Navegador* partiu para Tânger

afiançado de que iria ter muitos mais homens que colaborariam nesta expedição, mas as esperanças de D. Henrique em ter mais homens foram goradas.

Entretanto, o dinheiro do pedido e meio e dos órfãos que o rei pediu ao povo não bastou para suprir as despesas correntes da expedição, sendo, ainda, necessário mais militares. Muitos dos soldados preferiram, provavelmente, não comparecer e ser presos, não cumprindo o seu dever para com o reino. Mais uma vez se denota que o povo não via com bons olhos esta expedição. Nem todas as alianças que o rei português fez com os outros reinos foram cumpridas, estando estes também envolvidos em guerras tanto externas como internas. Mesmo sem o parecer do rei D. Duarte, o Infante D. Henrique prosseguiu a expedição sem ouvir o conselho do rei.

Os reinos que faltaram ao compromisso, não quiseram ou não puderam ajudar o reino eduardino, pois tinham problemas internos para resolver.

Para D. Duarte, a situação de recrutamento era um problema sério que não estava completamente resolvido, mas mesmo assim, a expedição partiu.

Quem ficou responsável pela angariação de soldados?

Pensamos que esta alínea do nosso trabalho de investigação é das mais importantes fases da preparação da expedição a África. A forma como se organiza a angariação de soldados vai influenciar de uma forma determinante o sucesso da expedição. O que se veio a verificar posteriormente. Porquê?

Ora uma expedição deste calibre, não se faz sem o número suficiente de soldados, sem o recrutamento dos mesmos em várias das zonas do país. O número de soldados determina em grande medida, salvo rara excepção, o sucesso de uma empresa militar. A nosso ver, a angariação de soldados foi feita de um modo precipitado, pouco prudente e rápida demais. Porquê?

Foi o Infante D. Henrique que ficou responsável pela expedição. Juntamente com D. Pedro, fez a angariação de soldados; ficando D. Pedro responsável pelas regiões norte do reino e D. Henrique pelas regiões sul, salvo as zonas

que eram exclusivas dos infantes como é o caso do ducado de Viseu, da responsabilidade de D. Henrique e a região de Coimbra, que era um ducado do infante D. Pedro.

Em que lugares do reino se recrutavam os soldados?

Os soldados eram recrutados conforme as terras a que estavam ligados, quer ao rei, quer à nobreza, quer ao clero. Havendo convocação de guerra, todos os soldados eram chamados a cumprir o seu dever. Normalmente quem tinha a seu cargo o recrutamento, eram os coudéis que estavam inseridos por lei no regimento de coudelaria do reino, criado por D. Duarte. Recrutavam-se os soldados quer nas vilas, quer nas cidades de todo o reino. Alguns tinham funções específicas como é o caso dos besteiros do conto, que eram aqueles que possuíam arma (uma besta) e faziam um tipo de guerra defensiva, pois normalmente protegiam as cidades. Ainda havia as lanças, que eram um grupo de guerreiros que tinham armadura, escudo e espada. Na política de recrutamento de efectivos para a preparação de uma campanha militar, a nível concelhio existiam os aquantiados³³, que eram aqueles soldados que tinham casa própria, armas, e cavalos; o seu património era considerável consoante as propriedades que tinham. Os besteiros eram de dois tipos: os do conto, que eram cerca de 5000 em 1421³⁴ e os besteiros a cavalo, que eram cerca de 500, por volta de 1433³⁵. Os homiziados eram os criminosos que serviam no exército, beneficiando assim do perdão posterior do rei³⁶. O resto dos soldados, eram das ordens militares, com mais de 10% do exército total e mercenários vindos de fora, que eram pagos pelo reino.

³³ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 44- 58.

³⁴ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 58 71.

³⁵ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 72-76.

³⁶ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp.88 a 98.

O que falhou no recrutamento? Pensamos que esta pergunta tem resposta na maneira como se fez o recrutamento e por quem foi feito. D. Pedro e D. Henrique ficaram responsáveis pelo recrutamento, como já dissemos em alínea anterior. Aquele que foi nomeado como supervisor geral de toda a expedição foi D. Henrique. No entanto não se pode atribuir somente as culpas a este ou D. Duarte. O *Navegador* tinha responsabilidade, mas, como podemos ver no quadro da Nobreza que foi para Tânger em páginas anteriores, outros infantes também a tinham, como é o caso do infante D. João, que pertencia também à família de Avis, embora não fosse legítimo. O que nos quer parecer é que houve precipitação, falta de rigor, embora D. Duarte fosse excepção, pois este desdobrou-se em conselhos e pareceres quando os soldados partiram para Tânger.

Papel da *Marinha Portuguesa*

Passamos agora para um sector fundamental na expedição, mas que nem as crónicas, nem os estudos que foram feitos deram o devido destaque. Estamos a falar da Marinha Portuguesa. Este tema não é fácil de tratar, porque Portugal nesta altura, em quase meados do século XV, não tinha uma marinha de guerra, propriamente dita, separada da marinha mercante.

Ou seja, os barcos que eram feitos nos estaleiros não eram barcos que estavam preparados para a guerra naval, mas sim barcos ditos *normais*, que eram preparados para a actividade comercial de quatrocentos; podiam ser adaptados mas não especializados para uma guerra.

Isso confere-lhes um estatuto de inferioridade. De salientar que Portugal continuava com as caravelas e não com as naus, como estamos habituados a pensar. Os barcos de guerra só viriam a ser desenvolvidos no reinado de D. João II, quando este sugeriu que se deveria pôr os canhões que cada barco levava nas partes laterais de um barco, para que melhor se vencessem os outros inimigos. Nesse tempo já se usavam balas de canhão e não pedras, como foram utilizadas contra os muros de Tânger.

Seria suficiente o número de barcos que Portugal tinha?

Pelas afirmações supracitadas, pensamos que o número de barcos que Portugal tinha era insuficiente. Porquê?

Portugal não tinha dinheiro para fazer barcos especializados, até porque a marinha de guerra ainda não era profissionalizada, como depois virá a acontecer em reinados posteriores. Além disso a questão é: poderia o reino português disponibilizar o número suficiente de barcos de transporte ou não? A resposta a esta questão é negativa. Se disponibilizasse os barcos de transporte que tinha para a expedição, ficaria sem a grande maioria e isso prejudicaria o comércio do reino, que era um dos motores da economia portuguesa. O infante D. Pedro faz alusão a isso no parecer que emite a D. Duarte sobre se a guerra se deve fazer em Tânger. Outra questão que aqui colocamos é: quantos barcos seriam precisos? Pelas leituras que fizemos, no primeiro volume da *Nova História Militar de Portugal*, na parte elaborada por Luís Miguel Duarte³⁷, contando que para Ceuta tínhamos disponíveis 212 barcos (1415)³⁸, calculamos que o número de barcos para Tânger tenha sido em menor número. Se a armada de Ceuta teria levado cerca de 20.000 homens, com cada barco a levar 94 soldados, sem contarmos com a tripulação que os barcos tinham que ter, para Tânger foi muito menos, como pudemos calcular. Outra questão que nos surge é: serão poucos barcos? Pensamos que sim. Tânger era uma cidade de fácil acesso mas estava bem protegida por Sallah ben Sallah. Este estaria certamente a preparar-se bastante bem, visto que as notícias de uma nova expedição por parte dos portugueses ao Norte de África, já se sabiam nos reinos mouros. Portugal tinha, obrigatoriamente, que fretar barcos aos reinos aliados, para poder seguir com os intentos da expedição. E foi isso que fez.

³⁷ DUARTE, Luís Miguel – *A Marinha de Guerra. A Pólvora. O Norte de África*, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, coord. de José Mattoso, 2003, pp.325-326.

³⁸ 59 galés, 33 naus e 120 embarcações mais pequenas.

Quem estava responsável pela angariação e fretamento dos barcos?

O responsável pela angariação e fretamento dos barcos era o Infante D. Henrique, que era o líder da expedição nomeado por D. Duarte. Como já dissemos anteriormente, a organização da expedição parece ter sido feita muito rápida e sem qualquer ordenamento, embora o rei tentasse e se responsabilizasse por tudo o que acontecia, desde que deu luz verde à expedição.

Que equipamento naval tinha Portugal para fazer sucesso nesta empresa?

O equipamento naval que o reino tinha para fazer frente a uma guerra marítima era deveras fraco, senão precário. Como já dissemos, os barcos utilizados para a guerra eram apenas barcos de transporte e de comércio. Não havia barcos apetrechados especialmente para fins combativos, quer nos estuários dos rios quer em mar alto³⁹. Deparamos com um problema grave: os barcos que iriam para África, fariam falta aos comerciantes e à burguesia mercantil do século XV. Um dos avisos que faz D. Pedro na carta de oposição dirigida a D. Duarte, é o facto de muitas das pessoas e equipamento fazerem falta à economia portuguesa, que ainda estava em reconstrução, devido às guerras que o reinado anterior teve com Castela.

O equipamento que tínhamos eram alguns canhões e bombardas, que se utilizavam como munição; ainda não tínhamos nem utilizamos em Tânger balas de canhão de chumbo, mas pedras, que não surtiam, como é fácil de constatar, o mesmo efeito de destruição contra muros fortes; por vezes parecia um desperdício de tempo a sua simples utilização. O rei deveria ter em conta que lhe faltava tal material e que de facto, precisaria de pedir empréstimo, para se munir em condições para a expedição. Fica em dúvida a questão de saber se o próprio rei verificava que equipamentos tinha, ou se não tinha conhecimento. No nosso ponto de vista, o rei deveria parar imediatamente a expedição, pois esta não reunia as condições necessárias para avançar, prevendo-se já assim

³⁹ No entanto as galés davam para as duas coisas: transporte/comércio e guerra naval.

o desastre, por mais heróicos que fossem os nossos soldados. Quer nos parecer pelas instruções que D. Duarte deu ao infante D. Henrique, que aquele não tinha conhecimento exacto das forças que dispunha. O rei deu claras instruções ao *Navegador*, para este tomar atenção no que concerne a organização militar da expedição⁴⁰.

Exército: o que dizem as Crónicas sobre isto?

Segundo a *Crónica de D. Duarte*⁴¹, o número estimado de homens para fazer o assalto a Tânger era de 14.000. A divisão das tropas dispunha-se da seguinte forma:

3500 homens de armas

500 besteiros a cavalo

2000 besteiros

7000 peões

500 homens de serviço

500 homens para comandarem as naus.

Estes números parecem-nos um exagero, pois pensamos que Portugal não tinha o número de efectivos que a *Crónica de D. Duarte* relata, mesmo que ajudados por outros países e regiões, como é o caso da Flandres, Inglaterra, reinos germânicos e França.

Por outro lado, a nosso ver, estes homens não eram suficientes para conquistar três praças. Mesmo para conquistar uma, este número de forças era bastante pequeno, uma vez que Tânger encontrava-se bem defendida, ao contrário do que pensavam os portugueses.

⁴⁰ Veja-se a propósito deste assunto SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1437)*, Lisboa, 1960, pp. 97-103.

⁴¹ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. VIII, página 750.

Que equipamento levaram estes homens para Tânger?

Ao falarmos do equipamento que estes homens levaram para Tânger, temos que ter em conta vários aspectos. O primeiro, é que devemos conhecer detalhadamente o equipamento de que o reino se munia para fazer guerra contra os seus adversários. Ao contrário do que se pensa, e apoiando-nos nas afirmações que João Gouveia Monteiro regista na sua tese de doutoramento⁴², o reino português tinha sem dúvida um bom equipamento militar. Outro aspecto que devemos salientar é que, cronologicamente, os reinos da Cristandade estavam a sofrer pequenas alterações muito significativas, que se vieram a repercutir mais tarde, já na idade do Renascimento. É nos finais da Idade Média, que os exércitos se começam a tornar profissionais, se desenvolvem novos engenhos militares, como é o caso da balística, dos barcos que passam a ter canhões laterais, para afundarem mais depressa os adversários, as fortalezas que são melhor construídas e adaptadas para aguentar com tiros de canhões.

Onde é que o reino português entra?

Sendo a expedição em 1437, estávamos já a vários níveis próximo do final da Idade Média. Como salienta João Gouveia Monteiro, os exércitos no reino começam a sofrer algumas alterações, desde o equipamento, passando pela administração e recrutamento⁴³. Apesar de mostrar que Portugal possuía, no cômputo geral, um armamento defensivo e ofensivo razoável, sabemos que devido às condições em que Portugal estava, de recuperação económica, devido às guerras com Castela, o reino ainda continua a ter um sistema de recrutamento *feudal*, em que quem servia determinado senhor, tinha obrigatoriamente que servir na guerra. O equipamento que Portugal tinha nesta altura, era em alguma medida o que os senhores tinham nos seus armazéns. Contudo, as Ordens Militares, os concelhos e o próprio equipamento da guarda do rei, também contribuía significativamente.

⁴² MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 144-151

⁴³ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 135 -162.

Que equipamento tinha Portugal em 1437 e que levou para Tânger?

Além das armas, armaduras, cavalos e mantimentos, Portugal levou canhões, alguns trons, as normais lanças e espadas e pedras de granito para quebrar as defesas da fortaleza de Tânger; levou também bestas. Cada casa e cada hoste levava as suas armas, por assim dizer. Os barcos não tinham equipamento específico de guerra, como já dissemos, pois eram barcos de transporte adaptados à guerra naval. Como? Levariam certamente, os canhões na proa, para poderem atingir os muros. Os canhões laterais nos barcos só se desenvolvem muito mais tarde, já em plena Idade Moderna. O ataque aos muros não produziria o mesmo efeito de destruição, até porque as munições para os canhões eram pedras de granito. Só no Renascimento é que a balística naval se desenvolverá.

Números cronísticos e números reais

Como já fizemos questão de salientar, a diferença entre os números cronísticos e os números reais parece abissal. Também do lado dos muçulmanos, que Pina diz a certo ponto, na batalha eram mais de 90.000 homens, o que sem dúvida, constitui um verdadeiro exagero. Este justifica-se, a nosso ver, pois Pina quis glorificar os soldados portugueses e para desculpar a derrota sofrida pelos portugueses de uma maneira exacerbada, tornando-os quase que digamos em pessoas intocáveis a roçar o divino⁴⁴. Um facto é que os portugueses eram muito menos que os muçulmanos. Os únicos historiadores que nos parecem de todo fiáveis, no que concerne aos números cronísticos e números reais, são Luís Miguel Duarte, na recente biografia que fez sobre o reinado de D. Duarte⁴⁵, assim como os propostos por Peter Russell, na biografia do Infante D. Henrique⁴⁶, e que a nosso ver, também mantém a

⁴⁴ Daí justificar-se a célebre aparição de uma cruz alva aos soldados portugueses nos recontros de Tânger, o que já passa a ser uma rotina nas batalhas que Portugal trava contra as tropas muçulmanas. Os portugueses acreditaram nesse milagre, e a situação piorou para o contingente português, pois muitos pararam de lutar.

⁴⁵ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte, Requiem por um rei triste*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pág. 244.

⁴⁶ RUSSELL, Peter - *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, página 151.

isenção e nos dá uma avaliação correcta dos números reais da campanha de Tânger. Luís Miguel Duarte diz que estariam á nossa espera dentro das muralhas de Tânger 7000 soldados muçulmanos com os besteiros de Granada incluídos. Outras das fontes que gostávamos de ter tido acesso, sem o conseguirmos, são eventuais relatos islâmicos da campanha portuguesa em 1437 a África. Servir-nos-iam sem dúvida para estabelecer um termo de comparação entre as fontes portuguesas e marroquinas, pois é sempre bom saber a outra versão da mesma história, quando a há.

V. Financiamento da expedição

Outro dos assuntos que devemos tratar no nosso trabalho é a questão do financiamento da expedição a Tânger. Com que dinheiro Portugal financiou a expedição? Quem é que financiou a expedição? Havia alguém contra? Quais eram os que estavam a favor? Estas são perguntas às quais pretendemos responder neste capítulo do nosso trabalho. Começamos então por dar uma panorâmica geral do estado das finanças reais.

O Esforço Financeiro de Tânger

A resposta que damos a esta pergunta parece-nos relativamente evidente. As despesas com a guerra são muitas, por causa das guerras joaninas com Castela, derivadas da crise de 1383-1385. D. João I tinha que ser grato para com aqueles que o ajudaram contra o reino vizinho a salvar a independência de Portugal. Por isso também gastou muito dinheiro e património com a atribuição de favores régios. Acrescentamos que em 1415, preparou-se a expedição a Ceuta, do qual Portugal teve sucesso, mas também na qual se gastou muitíssimo dinheiro, pagando o fretamento dos barcos, o soldo dos

tripulantes, o soldo dos combatentes, as armas, os mantimentos, os mercenários, assim como a construção de novos barcos. No entanto, à data de 1420, um ano após o último cerco a Ceuta, em 1419, D. Duarte já estava associado ao trono. Pensamos que a colaboração que o filho mais velho de D. João I teve, foi fundamental para que as finanças do reino comesçassem a estabilizar⁴⁷. Portugal tinha que recuperar o erário régio, e foi isso que se começou a fazer. Perto de 1420, as finanças estavam já a estabilizar, mas mesmo assim a situação do reino estava longe de ser segura. Após a morte de D. João I, em 1433, D. Duarte sobe finalmente ao trono. A sua política é de prudência no que concerne às finanças régias. A nação precisava de dinheiro, e tinha algum, pois a expansão marítima, liderada pelo seu irmão D. Henrique, tinha começado, e iniciava-se então o povoamento das terras descobertas. Mas os rendimentos que vinham das ilhas atlânticas só por si não chegavam, e a Coroa tinha que ter muita cautela no que gastava. Já alertava D. Pedro na sua carta de Bruges dirigida ao rei que era preciso investir no país, pois ele, D. Pedro, pelo que via nos outros reinos da Cristandade, sabia que era possível Portugal desenvolver as suas actividades jogando com prudência.

O tratado de paz perpétua que Portugal fez com Castela em 1431, a 30 de Outubro, em Medina del Campo, é a nosso ver um indicador de mudança das políticas do reino. No nosso entender, como já dissemos em capítulos anteriores, D. Duarte não queria que esta expedição se realizasse. Para realizar a expedição teve que cobrar mais impostos ao povo, decretando o famoso pedido e meio nas Cortes de 1436. Ouviu os pareceres do reino, os pareceres dos conde de Arraiolos, de Ourém e de Barcelos, do seu irmão o infante D. Pedro, do infante D. João, do Infante D. Henrique e mesmo o de sua mulher, a rainha D. Leonor, que foi um forte fio condutor para que a expedição se realizasse.

Tânger uma vez mais veio desequilibrar as finanças régias, pois carregou o povo de impostos. Isto deixou o povo descontente, pois já estava cansado de impostos para a guerra. Foi no nosso entender uma má decisão de D. Duarte,

⁴⁷ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte, Requiem por um rei triste*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pág. 69.

que mesmo influenciado como foi, poderia dizer não à expedição, pois era o rei e sabia, mais que nunca, como estavam e quais eram os problemas do país.

Passemos agora a saber quem financiou a expedição.

Quem financiou a expedição?

Segundo as leituras que fizemos, das obras de Armindo de Sousa⁴⁸, Peter Russell⁴⁹, Luís Miguel Duarte⁵⁰ e da *Crónica de D. Duarte*⁵¹, podemos concluir o seguinte: foi o povo que pagou na sua totalidade a expedição a Tânger. Senão vejamos o seguinte quadro:

Quadro da receita para a Armada de Tânger (1437)⁵²

Ano	Dinheiro	Comarca	Recebedor
1436	26 Contos/482.575 libras	Guarda (pedido e meio)	Gonçalo Eanes (almoxarife)
1437	11 Contos/500.000 libras	Lisboa (frete das naus)	Vasco Vicente (siza do pão)
1437	24 Contos/ 738.049 libras	Lamego (pedido e meio)	João Louvado (almoxarife)

Nas Cortes de 1436, que se realizaram em Évora, discute-se a ida a Tânger, assim como se aprova o pedido e meio para que se possa financiar a expedição. O rei nomeia os colectores desse mesmo pedido, que apresentam a receita da forma como expusemos no quadro. Ao analisarmos este quadro verificamos vários aspectos:

⁴⁸ SOUSA, Armindo de - *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica (Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pág. 348-349.

⁴⁹ RUSSELL, Peter - Henrique, O Navegador, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, página 152.

⁵¹ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. IX, página 755.

⁵² CRUZ, Abel dos Santos – *A Nobreza Portuguesa em Marrocos (1415-1437)*, Porto, FLUP, 1995, pág. 100. Este quadro é adaptado.

- a) Neste quadro somente nos indicam três somas;
- b) Tiveram-se que se fazer dois pedidos e meio;
- c) Não é referido o dinheiro do pedido dos órfãos;
- d) Haveria certamente mais quantias em dinheiro;

A questão é: Seria o dinheiro pedido suficiente para suportar todas as despesas da expedição? Pensamos que não, pelo menos assim não nos parece. E Pina também o afirma que assim não foi⁵³. Porquê? Apesar dos esforços notados de D. Duarte para que todo o financiamento da expedição fosse feito de forma correcta, assim não aconteceu. De quem é a culpa? Do rei? Talvez sim, uma vez que este era responsável pelo reino, mesmo tendo encarregados no assunto da Fazenda. Será que os colectores não cumpriram a sua tarefa de forma rigorosa? Neste ponto duvidamos que uma resposta afirmativa seja verdade, pois estes teriam represálias, se não exercessem as suas funções devidamente. Este foi um dos aspectos, que mais uma vez, não correu bem.

⁵³ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. VII, pp. 750.

Parte II

I . Execução do Plano

Partida da Armada

A expedição era comandada pelo Infante D. Henrique. Assim que se prepararam para a partida, rezou-se missa na Sé de Lisboa. Partiu-se então para Ceuta no dia **22 de Agosto de 1437**, e chegou-se a esta possessão portuguesa no dia **26** do mesmo mês.

A chegada dos Infantes a Ceuta, foi logo sabida pelo inimigo⁵⁴. Aí rezaram missa. Esta afirmação que Pina faz na *Crónica de D. Duarte* só mostra que esta expedição não estava envolta em qualquer secretismo, em comparação com o secretismo que envolveu a expedição a Ceuta. Assim o inimigo pôde-se preparar e posteriormente defender-se melhor como se dirá mais adiante. Para agravar a situação o Infante D. Henrique só tinha 200 homens a cavalo, 1000 besteiros e 3000 peões. Faltavam 6000 soldados. Perante este facto, todos foram unânimes em informar D. Duarte por escrito.⁵⁵ Ao analisarmos a crónica com mais atenção quer-nos parecer que *O Navegador* descuidou-se um pouco. E mesmo sabendo que lhe faltavam forças militares, prosseguiu com os seus intentos. Esta falta de responsabilidade do Infante D. Henrique, revela, por outro lado, que os barcos não foram verificados no que diz respeito aos soldados, o que constitui por si só um erro já demasiadamente grave, para que se possa somente atribuir as culpas do fracasso desta expedição ao rei D. Duarte. *O Navegador*, que apesar de tudo era um homem corajoso, partiu para Tânger convencido de que iria ter muitos mais homens que colaborariam nesta

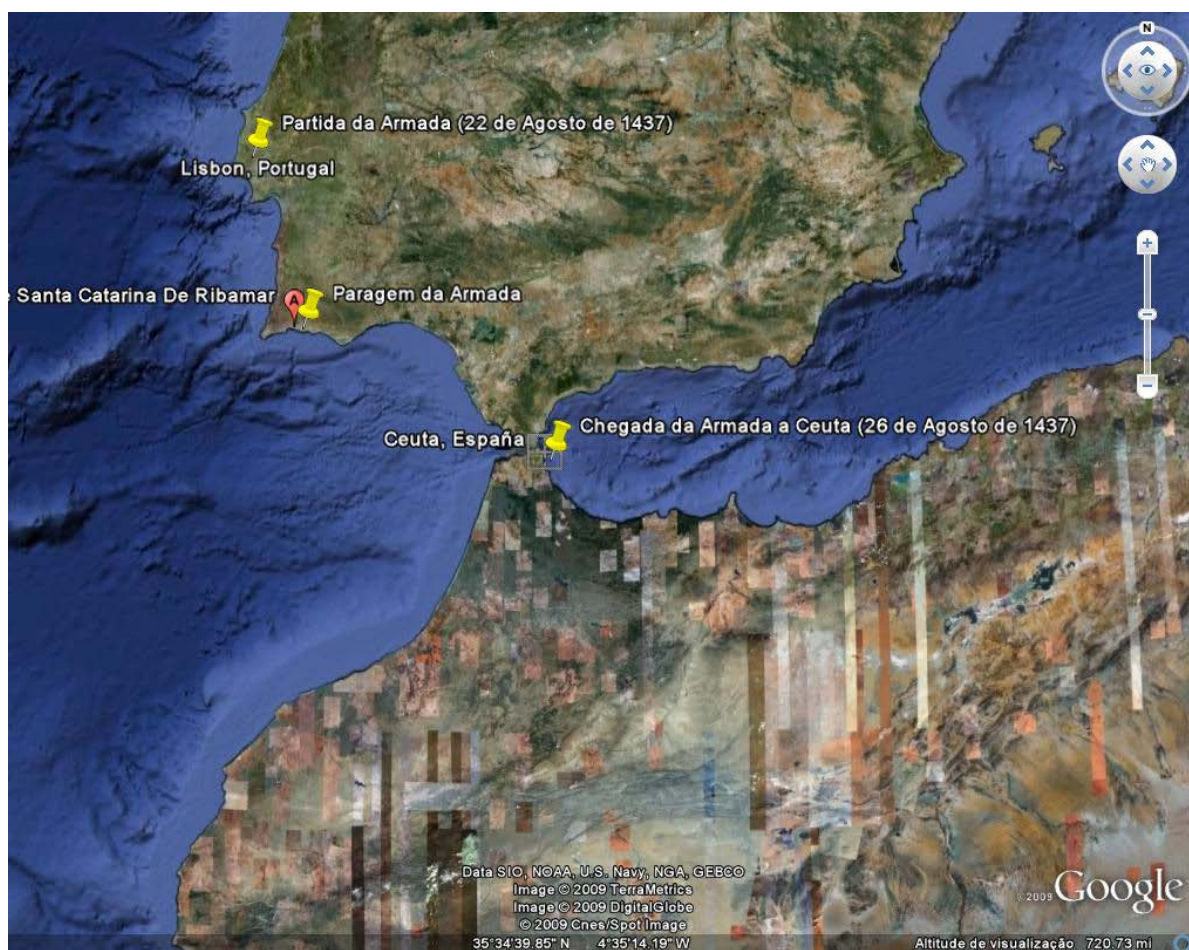
⁵⁴ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. IX, página 755.

⁵⁵ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. IX, página 755.

expedição, mas as esperanças de D. Henrique em ter mais homens foram goradas.

Rota Marítima de Ida a Tânger:

As naus pararam inicialmente em **Santa Catarina de Ribamar** e depois em **Ceuta**.



Gravura 3: Mapa da Rota Marítima da Ida a Tânger⁵⁶

⁵⁶ Esta Imagem foi retirada e adaptada por nós do Google Earth.

II. A Chegada a Tânger

Rota Terrestre de Ida a Tânger:

Os Portugueses fizeram a travessia da Serra da Ximeira em direcção a Alcácer, passando pelo caminho da Almarca, Porto de Leão, Alto Maior e Torre Negrão, Tetuão e Vale de Angra.

O Infante D. Henrique, que estava em Ceuta e ia a caminho de Tânger, mandou João Pereira com 1000 homens a pé e de cavalo fazer o reconhecimento terrestre, o que pode levantar algumas dúvidas. D. Henrique não deveria nunca em situação alguma mandar tantos homens para fazerem reconhecimento do território. O infante deveria proteger e guardar as suas forças militares o mais que pudesse para conseguir ter sucesso quando se visse em combate com o inimigo.

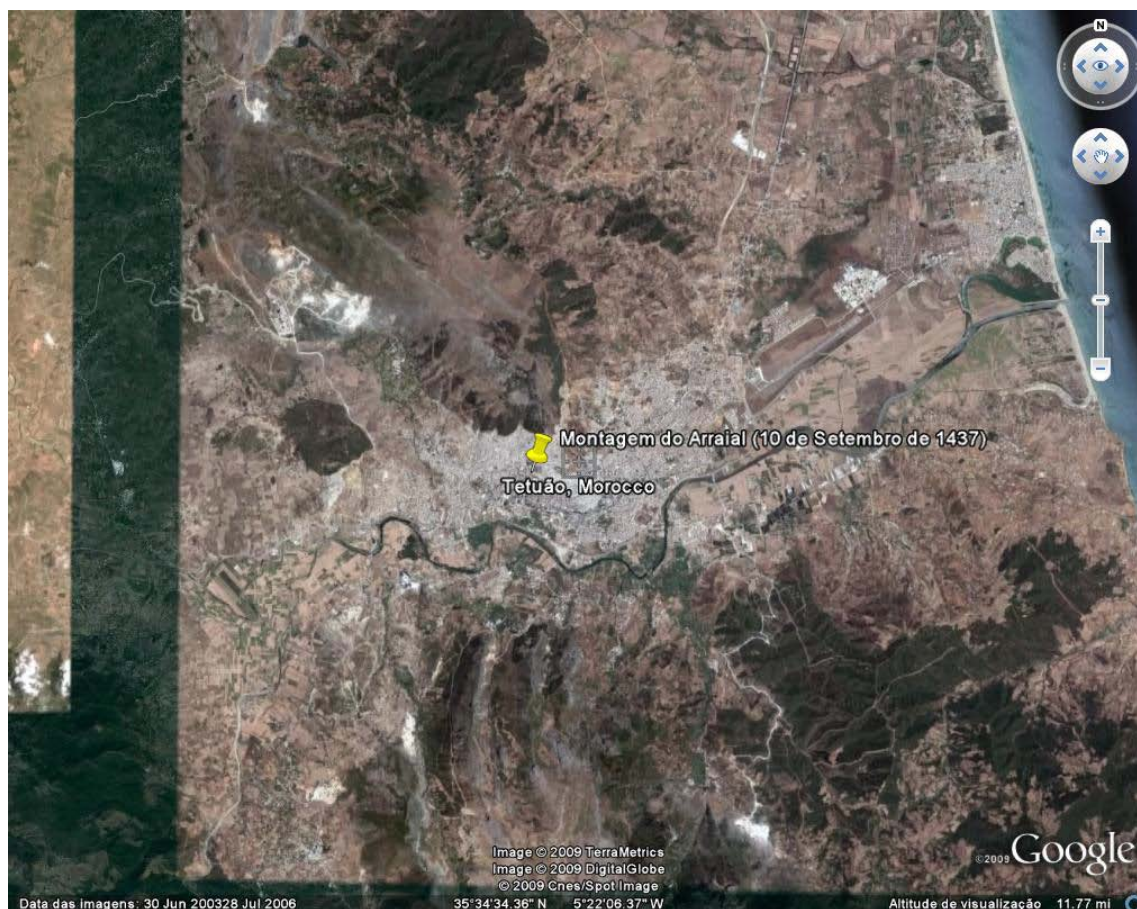
Quando o infante D. Henrique e os restantes homens, no dia 27 de Agosto, estavam a caminhar em direcção a Almarca dá-se um pequeno conflito entre os portugueses e os muçulmanos, morrendo Jaale, que era alcaide-mor de Alcácer-Ceguer. Neste conflito morre somente um cristão, mas muitos ficaram feridos. O Infante D. Henrique vem em auxílio dos portugueses e desembaraça-se bem, chegando assim a Porto de Leão. Recolheu as tropas sem a armada.

No que concerne ao Infante D. Fernando, este veio de Ceuta para Tânger por mar, em virtude de ter ficado doente (não é mencionada a causa da doença, nem se esta era grave). No dia 8 de Setembro de 1437, o Infante D. Henrique, assim como todas as suas tropas, recebem a absolvição plenária, ouvindo por conseguinte missa e sermão de cruzada. Na manhã seguinte, dia 9 de Setembro, D. Henrique encarrega Rui de Sousa e Gonçalo Rodrigues seu filho a descobrir caminho, juntamente com 300 ginetes. As tropas eram poucas, e mesmo assim, este arrisca. É um sinal de coragem, mas uma má estratégia. No dia seguinte, dia 10 de Setembro de 1437, as tropas foram revistas e postas em ordem. Foi feito o chamado alardo militar: nesse momento é que tiveram consciência de que o exército era muito inferior ao previsto.

O Conde de Barcelos, que era o condestável da expedição, foi o primeiro a organizar-se com a sua vanguarda. Infelizmente não sabemos quantos é que compunham a vanguarda do referido Conde e quem eram eles.

O Infante D. Henrique monta o seu acampamento no Paul, a quatro léguas de Ceuta, segundo Rui de Pina, a 9 de Setembro⁵⁷.

Na terça-feira, 10 de Setembro, monta-se o arraial em Tetuão, junto aos muros.



Gravura 4: Montagem do arraial português em Tetuão⁵⁸

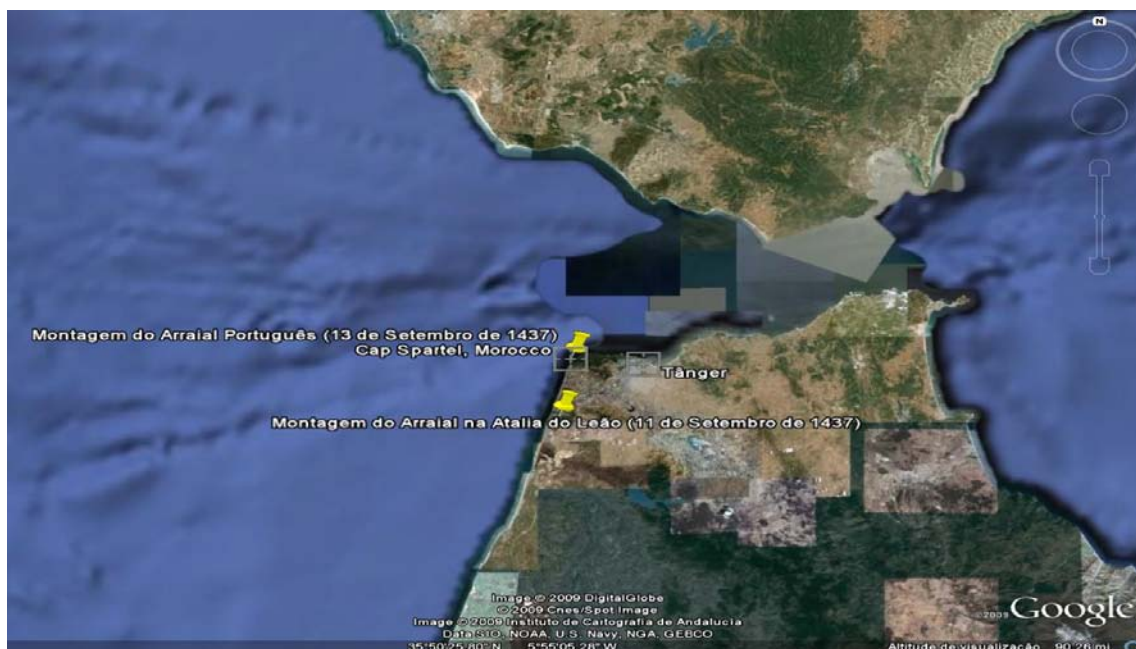
No dia seguinte, quarta-feira, 11 de Setembro desloca-se o arraial para o Vale de Angra, a 4 léguas dentro do mesmo, na Atalaia do Leão. Esta zona era rica em mantimentos e tinha boas águas. No dia seguinte, 12 de Setembro, foram pelo vale acima e aposentaram-se numa aldeia denominada Fonte dos Adais.

⁵⁷ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. X, pág. 756.

⁵⁸ Esta é uma imagem satélite que foi tirada e adaptada do Google Earth.

Esta aldeia tinha muitas outras à sua volta. Abasteceram-se de provisões, assim como foram feitos prisioneiros e mortos alguns mouros. Os portugueses demoraram quase um mês a chegar a Tânger (desde 26 de Agosto a 20 de Setembro).

No dia 13 de Setembro de 1437, o Infante D. Henrique parte para Tânger, ficando assim à distância de 3 léguas. A hoste henriquina percorreu 11 léguas, desde Ceuta até Tânger, o que seria mais de 77 quilómetros. Mal chegou a Tânger, no dia 20 de Setembro, encontrou D. Fernando e a sua armada. O exército moveu-se pela praia ao longo do mar. Depois de passar uma ponte de pedra, assentou arraial num outeiro, junto do Cabo Esportel. Pararam aqui e abasteceram-se de provisões. Enquanto se abasteciam, corria a notícia de que os mouros estavam a fugir com medo dos portugueses.



Gravura 5: Locais de Montagem do arraial, depois de Tetuão⁵⁹

Contudo, como se verá, esta é uma notícia falsa. Esta falsa notícia, espalhada pelos mouros, tinha como objectivo enfraquecer e dispersar as forças portuguesas, forçando um grupo delas a combater. Os mouros atraíam os portugueses para ciladas por eles preparadas, e os portugueses iam atrás deles e atacavam. Neste combate morreram alguns cristãos, ficando feridos outros, como foi o caso do Conde de Arraiolos e o Capitão Álvaro Vaz de

⁵⁹ Esta é uma imagem satélite que foi tirada e adaptada do Google Earth.

Almada, feridos em uma das pernas e um dos braços, respectivamente. Pensamos que este combate foi deveras precipitado. Os portugueses deveriam medir as forças das suas tropas e ter mais capacidade de liderança, um poder de decisão militar muito mais seguro. Este confronto, embora pequeno, só mostra que os portugueses eram impulsivos no campo de batalha e que pareciam muito pouco disciplinados, em termos de estratégia militar. Mostra também que estavam muito alvoraçados e que as ordens muitas das vezes não eram cumpridas, sendo feita a vontade de cada capitão ou almirante. Estavam claramente pouco cientes das forças militares que tinham⁶⁰.

Sallah ben Sallah estava já na cidade de Tânger. Ficou como capitão dessa cidade e segundo a crónica de D. Duarte tinha 7000 homens prontos para combater, acrescentando-se os besteiros que vieram de Granada em seu auxílio. Mais uma vez, no que se refere a estes besteiros a crónica não refere números. Contudo, pensamos que os soldados referidos do chefe mouro são claramente excessivos. Pensamos que Pina exagera, com o objectivo de exaltar os feitos dos soldados portugueses que eram inferiores em número, comparando com os mouros, mesmo que seja exagerado. Ao longo da leitura e análise desta fonte, conseguimos denotar que não há rigor no comportamento do exército português: os portugueses levaram uma semana a desembarcar artilharia e munições dos barcos para o arraial, com o objectivo de atacar a cidade.

⁶⁰ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. X, pág. 757.

III . Combates em Tânger

O primeiro combate em Tânger dá-se a uma sexta-feira de manhã, dia 20 de Setembro, quase um mês depois. As tropas ficaram distribuídas por D. Fernando, irmão de D. Henrique, que atacou a porta que dá acesso a Fez. O conde de Arraiolos seguia com o Infante D. Henrique, com outra escada, igual à que D. Fernando tinha levado. O bispo de Évora combateria a cidade através de uma pequena janela/abertura. A quarta força de ataque à cidade foi comandada pelo marechal da expedição, que se ocupava da parte onde o muro era mais baixo. O Infante D. Henrique ficou encarregado de combater a porta do castelo da cidade de Tânger, onde foi feita maior resistência. Não tinha escadas em sua posse e só levou duas mantas. Ou seja, o exército português dividiu-se em quatro contingentes.

O combate começa às horas de terça, tendo uma duração de 5 horas. Ao analisar este primeiro ataque à cidade, verifica-se que o exército português tinha escadas curtas face aos muros altos da cidade, e por isso, quem sofre danos são os portugueses. Além disso, as muralhas da cidade estavam bem guarnecidas de pedra e cal. Quanto a este primeiro erro, além de o cronista acusar os capitães de negligência, pensamos que as ideias que já veiculamos anteriormente de má organização do exército, ficam aqui bem reforçadas. O cronista reforça as ideias que defendemos, visto que diz que os portugueses foram para um local sem terem as devidas informações do mesmo, sem saberem o que os esperava. Mais uma vez salientamos que a espionagem de reconhecimento teria sido útil.

O cronista também nos diz que o caminho para chegar aos muros era muito tortuoso e de difícil acesso. Perante este cenário, D. Henrique mandou recolher as tropas, devido ao insucesso da operação. Nesta ofensiva morreram vinte soldados e ficaram uns tantos feridos. D. Henrique, na ânsia de querer ficar a combater, manda a artilharia e o marechal, juntamente com o capitão Álvaro Vaz de Almada, para junto dos muros mas os besteiros que vieram de Granada para defender a cidade, aniquilam as forças portuguesas. Desta investida resultaram muitos soldados feridos. O exército português mostra, no nosso

entender, que não foi preparado para a expedição. Mesmo depois do fracasso, D. Henrique não desiste do combate. Manda algumas das tropas irem buscar a Ceuta escadas e bombardas grossas. Enquanto se punha novamente ordem nas tropas, houve pequenos combates entre alguns nobres e mouros, o que além de causar uma lista imensa de feridos, causou mais uma vez desorganização nas tropas portuguesas. Segundo o cronista, o número de mouros era “muito desigual” ao dos cristãos, o que em parte está certo, mas pensamos que é um pouco exagerado, embora não saibamos quantos eram.

Os nobres que morreram devido a estes pequenos e últimos combates foram: D. João de Castro, Fernão Vaz da Cunha, Gomes Nogueira, Fernão de Sousa, Martim Lopes de Azevedo, José Rodrigues Coutinho; nomes muito destacados da nobreza do século XV português.

Houve uma segunda escaramuça no mesmo dia, entre os mouros e os nobres D. Álvaro de Castro, Capitão Álvaro Vaz de Almada, Gonçalo Rodrigues de Sousa e Fernão Lopes de Azevedo, este último com setenta homens a cavalo. Segundo o cronista, estavam em batalha alguns mouros a cavalo e muitos peões. Deste combate teriam saído 40 mouros mortos.

Os portugueses demoraram 10 dias nestas pequenas escaramuças até 30 de Setembro. Neste dia o cronista diz-nos que vieram 10.000 mouros a cavalo e 90.000 peões muçulmanos (Alfaqueques) para combater na cidade. O número é claramente exagerado. Este quer dar ênfase à força anímica dos portugueses e a *heroicidade* do Infante D. Henrique. Entretanto alguns mouros instalaram-se num outeiro tendo em vista atingir o arraial.

O Infante D. Henrique, ordenou o combate com 1.500 a cavalo, 800 besteiros e 2000 peões, num total de 4.300 soldados. Os mouros não queriam combater, contudo D. Henrique pôs-se a postos de combate. Alguns portugueses combateram sem qualquer ordem do infante D. Henrique, o que se traduziu num desânimo para as tropas, e Pina salienta que havia muita desorganização no combate⁶¹.

⁶¹ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XI, pág. 759

A 1 de Outubro de 1437, uma terça-feira, dá-se novo confronto com os mouros. Os números são exagerados por parte do cronista. Segundo o mesmo, os mouros ficaram com medo e não combateram. Deixaram o cabeço da serra, que foi ocupado pelo infante D. Fernando. Aí lutou com os mouros «mui brava peleja»⁶². Assim se recolheu D. Fernando ao arraial. O conde de Arraiolos veio em seu auxílio e conseguiu, segundo a crónica, desbaratar os mouros. Morreram cinco cristãos e dezassete inimigos, de entre eles o principal, um capitão. Pensamos que, mais uma vez, os números não correspondem à realidade.

A 3 de Outubro, uma quinta-feira houve um novo combate entre o Infante D. Henrique e os mouros, às portas da cidade de Tânger. Desta vez, foram os mouros que vieram ao encontro d' *O Navegador*. A proteger o arraial ficaram Diogo Lopes de Sousa, João Álvares Pereira e seu filho Fernão Pereira, Rui Mendes Cerveira, Leonel de Lima, João Pereira Agostinho, Fernão Lopes de Azevedo e Álvaro de Brito.

No que diz respeito ao combate travado neste dia, o Infante D. Henrique perseguiu os mouros até légua e meia e quando o sol se pôs, recolheu ao arraial. Estes mouros que fugiram, foram para a cidade e depois de organizadas as suas forças, fizeram uma contra ofensiva sobre o arraial. Contudo, os nobres que estavam lá conseguiram resistir. Nesse recontro morreram 5 cristãos e fizeram-se vários prisioneiros mouros.

O segundo combate em Tânger dá-se a uma sexta-feira. Foram consertadas as escadas e um castelo de madeira, que albergavam alguns besteiros e espingardeiros. D. Henrique mandou atacar a cidade de Tânger de um só lado, ou seja do lado oriental. Pensamos que esta atitude do Infante é arriscada, não havendo qualquer cálculo estratégico, ao que pudemos apurar. Demonstra que como líder da expedição, deixa a desejar, mais uma vez.

⁶² LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XI, pág. 759

No dia seguinte, um sábado, todas as tropas pegaram em armas e ficaram prontas até que se dessem ordens de combate. Esperavam ordens do Infante D. Henrique. Os intervenientes no combate foram:

- Infante D. Fernando e suas tropas;
- Conde de Arraiolos e suas tropas;
- Bispo de Évora e suas tropas;
- Homens a cavalo (infelizmente não sabemos o número);

Este pequeno exército virou-se de costas para o arraial e combateu os mouros que vinham de fora. Segundo o cronista, todos estavam a pé, com a exceção do Infante D. Henrique, que já se encontrava armado e a cavalo. As escadas utilizadas mais uma vez eram pequenas e os muçulmanos tiveram mais facilidade em neutralizar as forças cristãs, usando para esse fim alcatrão e linho a arder. O castelo de madeira também não funcionou e foi destruído. A situação piorou quando os mouros detectaram que se estava a combater a partir de um só lugar. Esta tática, parece ter sido errada, pois os portugueses deveriam pensar antes de atacar, pôr cerco à cidade, e só quando denotassem que as forças muçulmanas estavam a enfraquecer, deveriam atacar. Neste combate morreram mais sete cristãos⁶³ e o Infante D. Henrique mandou retirar as tropas. O contingente português já estava a ter mais baixas do que aquelas que tinha previsto. Perante este cenário de fracasso, segundo a crónica, o Infante D. Henrique «*recebeo com estas novas grande torvação*»⁶⁴ começando a ficar sem esperança, face à superioridade muçulmana.

De domingo, dia 6 de Outubro até quarta-feira, dia 9 de Outubro, travam-se os piores combates desde que os portugueses chegaram a Tânger. Somente nesta altura é que chegam novos navios com munições e novos engenhos de madeira, vindos de Ceuta. Com esta atitude de desorganização e falta de rigor das forças portuguesas, podemos constatar que o exército português não

⁶³ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XII, pág. 760.

⁶⁴ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XII, pág. 761

estava preparado para qualquer percalço que existisse. Entretanto, depois de os escudeiros do Conde de Arraiolos terem feitos prisioneiros dois mouros, estes disseram aos portugueses que o rei de Fez, de Marrocos, de Bellez Lazeraque, de Tafiote e mais cinco enxovias vinham cada um com as suas tropas para ajudar os muçulmanos de Tânger a combaterem contra as tropas portuguesas. Segundo os mesmos cativos, estes homens compunham uma força de 70.000 homens a cavalo e um número indefinido de homens a pé. Pensamos que os números não correspondem à realidade. Esta era uma estratégia dos cativos para amedrontar as tropas portuguesas, o que como veremos, surtiu o seu devido efeito. Mal a notícia foi sabida por D. Henrique, este ficou muito inquieto e alarmado, segundo a crónica. As tropas, com medo, recolheram ao arraial e as que estavam prontas para atacar por mar, recolheram aos navios. Somente os que estavam a cavalo saíram para combater com D. Henrique. A estes se juntaram o marechal da expedição e o capitão Álvaro Vaz de Almada, que estavam a guardar a artilharia. Este pequeno núcleo do exército expedicionário português instalou-se todo numa ladeira. Entretanto os mouros, num só ataque, conseguiram tomar todos os engenhos militares que os portugueses possuíam. O Infante D. Henrique, que estava montado no seu cavalo, e outros soldados combateram os mouros até que estes fugiram. Nesta escaramuça, o Infante quase perdia a vida. Morreu neste combate o guarda-mor do Infante D. Henrique, Fernando Álvares Cabral e ainda mais 23 soldados cristãos. O reino português estava a ver as suas tropas diminuírem drasticamente de dia para dia. Para maior agravo da situação, mal chegou ao arraial, o Infante D. Henrique foi atacado pelos muçulmanos, que vinham de todos os lados e assim puseram cerco ao arraial. Contudo, segundo o cronista, os portugueses resistiram bem. Parece-nos que aqui se dá demasiada ênfase à resistência portuguesa. Denotamos que, ao longo da leitura que fizemos da crónica, há sempre uma contraposição vencedora (cristãos), quando estes fracassam num primeiro combate.

Assim que o Infante conseguiu escapar e se recolheu para o palanque⁶⁵, verificou que muitos soldados, já cientes da derrota, recolheram aos navios.

⁶⁵ Um palanque é um castelo de madeira, móvel, onde se reuniram os soldados para resistir melhor aos muçulmanos em Tânger. Normalmente era uma estrutura muito alta, e composta

Este é o momento decisivo. Os portugueses estão cercados no meio da praia. As forças portuguesas ficaram assim mais fracas, sem ânimo e com o desespero a tomar conta das tropas. D. Pedro de Castro, mais alguns soldados acudiram aos que estavam no arraial.



Gravura 6: Palanque de Arzila, segundo Tapeçarias da Tomada de Arzila.
Igreja Colegiada de Patrana⁶⁶

por soldados das mais diferentes categorias. Podia haver besteiros, artilheiros, lanceiros. Era uma estrutura defensiva.

⁶⁶ DUARTE, Luís Miguel – *A Marinha de Guerra. A Pólvora. O Norte de África*, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, coord. de José Mattoso, 2003, pp.422. Embora não seja o palanque que se utilizou em Tânger, o palanque de Arzila como está representado na gravura 6, dá-nos uma ideia clara de como se reuniam as tropas dentro dele, que funções tinham, como defendiam, como atacavam, e como é que era construído este engenho militar.

Como já era de prever, com base em afirmações anteriores, Rui de Pina defende cegamente D. Henrique e tudo o que é feito por ele. Chega mesmo a dizer que este transmite ânimo aos soldados, mesmo estando triste e deprimido, e por consequência em agonia, devido aos acontecimentos que sentenciaram as tropas portuguesas. D. Henrique prova que era corajoso, um soldado muito aguerrido, apesar de estrategicamente não mostrar grandes créditos.

A moral das tropas estava baixa, muitos já tinham desistido de lutar. Para piorar a situação, pela primeira vez ao longo desta expedição, os mantimentos começam a escassear e as tropas começam a ficar famintas. Só havia mantimentos para dois dias.

Entretanto, do lado dos muçulmanos, os reis mouros e Lazeraque reúnem-se em conselho, desta vez para preparar um ataque ainda mais forte, segundo Pina⁶⁷.

Na quinta-feira, reúnem-se as tropas junto ao palanque para combaterem. O Infante D. Henrique constata que não tem força militar suficiente para combater e entra em desespero, começando a rezar e a chorar: *«O Infante vendo, que contra tantos não tinha poder, se socorreo a Deos com muitas oraçoens, e lágrimas, pedindolhe se lembrasse, que aquella empreza, elle, e os que com elle estavaõ, a tomaraõ para o servir, e para sua Fé ser mais exalçada, e a falsa dos Mouros abatida; que se por alguma via sua vontade naquella jornada fora offendida, com sua pessoa somente se expiasse essa culpa, e ficasse sua ira aplacada, e satisfeita, porque elle fora causa della, e perdoasse áquella gente para em outra coisa o servir.»*⁶⁸. Contudo, dá ânimo aos soldados.

O assalto mouro ao palanque durou quatro horas. A crónica diz que morreram somente cinco cristãos e muitos mouros. Parece-nos claramente um reflexo dos comentários do cronista, inseridos na própria crónica.

⁶⁷ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XII, pág. 762.

⁶⁸ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XII, pág. 762.

No dia seguinte, uma sexta-feira, acabam-se os mantimentos dos portugueses. Muitos soldados entram em desespero devido à fome e à sede que se fazem sentir.

No sábado, o conselho dos reis e capitães mouros reúne-se uma segunda vez. Decide-se que se os portugueses derem Ceuta aos mouros, em troca estes deixam-nos ir em paz. Depois da reunião, os mouros decidiram cercar o palanque, contudo impuseram a condição aos portugueses de que estes deveriam deixar o arraial com toda a artilharia, armas, cavalos e outros utensílios que estavam no mesmo.

O infante D. Henrique, percebendo que não tinha mais qualquer hipótese de ganhar esta empresa, mandou Rui Gomes da Silva, alcaide-mor de Campo Maior e o escrivão da Fazenda do Rei, Paio Rodrigues, para que estes estabelecessem os termos do acordo com os reis mouros. Sallah Ben Sallah, uma vez que queria acabar em definitivo com esta luta entre cristãos e mouros, aconselhou o alcaide-mor de Campo Maior a parar com os combates, prometendo-lhe que o levava a salvo para Castela. Este não ouviu o conselho do capitão mouro e foi combater para o palanque que estava a ser atacado pelos mouros. Julgamos que esta escolha foi insensata, uma vez que os portugueses já tinham perdido qualquer hipótese de tomar de assalto a cidade de Tânger ou mesmo de resistir. Dentro do palanque, houve resistência dos portugueses que, segundo o cronista, mataram alguns mouros. Visto que o seu ataque não tinha produzido frutos, os mouros mudaram de tática e atacaram o palanque com fogos (lenha acesa e alcatrão a arder). Os militares comandados por D. Fernando de Castro, *O Velho*, sofreram algumas baixas. Contudo o infante D. Henrique conseguiu ajudá-los. No meio do combate, o Bispo de Ceuta animava as tropas com sermões, elogios e absolvição⁶⁹.

Os combates no palanque duraram sete horas e os muçulmanos, tinham grande superioridade numérica e consistência militar. Neste combate não houve mortes, segundo Pina. O palanque foi consertado assim que o combate terminou.

⁶⁹ Não nos esqueçamos que todos aqueles que foram combater para Marrocos tinham a Bula de Cruzada, que conferia a todos os soldados a indulgência plenária,

No domingo, os mouros guardaram os poços que abasteciam os portugueses. Não havia outra alternativa senão a rendição. É neste cenário que acontece uma das piores situações de fome para os portugueses, que vêem os seus soldados a matarem os cavalos e comeram da sua carne para poderem sobreviver. Nesse dia choveu, e segundo o cronista, todos beberam água da chuva. Somente neste momento, é que os portugueses estendem o arraial até ao mar. Este foi um dos maiores e mais avisados conselhos que D. Duarte deu ao Infante D. Henrique antes de ele partir do reino de Portugal, na sua carta de recomendação com todos os pareceres estratégicos do rei. O arraial deveria ter-se estendido até ao mar, pois era uma forma de protecção que os portugueses tinham, caso houvesse insucesso nas operações militares. Contudo, o infante D. Henrique ignorou este e outros conselhos do rei e construiu o arraial no meio da praia, que estrategicamente era bastante fácil de tomar pelos mouros. Rui de Pina, que até então tinha defendido o infante D. Henrique, passa agora para o lado oposto e culpa-o do insucesso da expedição.

De domingo até quarta-feira, tratou-se dos termos do acordo que se fez para deixar Tânger, que são os seguintes:

- Os mouros deixavam ir livremente os portugueses, apenas com a roupa que traziam vestida;
- Todo o material militar, assim como os cavalos e todo o equipamento militar que estavam no arraial eram dados aos mouros;
- A cidade de Ceuta tinha de ser entregue aos mouros, assim como todos os mouros que aí estivessem cativos;
- D. Duarte teria que estabelecer com eles, por mar e por terra, paz definitiva, assim como com todos os mouros da Berberia;
- Sallah Ben Sallah dá seu filho como garantia de segurança de embarque dos cristãos, sem que haja confrontos;
- Como garantia da segurança do filho ficam reféns Pedro de Ataíde, João Gomes de Avelar, Rui Gomes da Silva e Aires da Cunha;

- Como garantia da entrega de Ceuta, assim como todos os seus cativos, ficou refém o Infante D. Fernando.

Depois de concluídas as negociações, os enxovias⁷⁰ cercaram o palanque de maneira que D. Henrique não conseguiu embarcar toda a gente nos navios. Os portugueses que já estavam doentes foram atacados, e alguns mouros morreram. O palanque foi mudado no sábado, pela manhã, dia 19 de Outubro, e finalmente estendem o arraial até ao mar.

Por ordem do Infante D. Henrique, os soldados começam a embarcar, ficando somente aqueles que protegeram o atalho que dava para o palanque. Quem ficou responsável por este combate defensivo foi o capitão Álvaro Vaz de Almada e o marechal da expedição. Juntamente com eles foram «hum copia de besteiros».⁷¹ Muitos portugueses cobraram dinheiro aos outros soldados para que estes pudessem entrar nos navios. Este episódio é, pensamos, imoral. A maioria dos soldados queria vir embora, estando já desesperados e cansados de combater. Não era necessária uma cobrança para que se embarcasse nos mesmos barcos que os tinham trazido. Por outro lado, a embarcação dos portugueses foi feita em grande alvoroço, o que já era de esperar devido à situação que ainda ocorria em terra, mas também à situação de cobrança para entrar nos barcos. Isto causou desespero e pânico nos portugueses. Apesar da protecção dos besteiros que estavam no palanque, muitos dos portugueses lançaram-se daí para o mar, para tentarem chegar aos barcos, e não serem mortos pelos mouros, morrendo muitos afogados.

No Domingo de manhã, já todos se encontravam embarcados.

No balanço que fazemos desta expedição segundo a *Crónica de D. Duarte*; é que se demorou 37 dias nas operações militares, dos quais 25 dias puseram os cristãos cerco aos mouros e 12 dias os mouros aos cristãos. Morreram 500 cristãos segundo a crónica, e 4000 mouros e mais de mil feridos portugueses.

⁷⁰ Habitantes muçulmanos da Chaouia.

⁷¹ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XV, pág. 768.

O número é claramente um exagero, serve de ênfase à capacidade, que os portugueses tinham de ser heróis e terem espírito de obediência e sacrifício, segundo Pina. O Conde de Arraiolos, o Bispo de Évora e D. Fernando de Castro foram com todos os seus fidalgos para Portugal, enquanto D. Henrique e os da sua casa foram para Ceuta, aí chegando na segunda-feira. É nesta altura que D. Henrique entra em depressão e adoece: *«e chegou a Ceita á segunda feira, e logo nesse dia adoeceo, e cahio em cama, assi pola continuação das armas, e trabalho, que passou, como por a tristeza do cativo do Infante, de que elle foi a causa»*⁷². O infante quis ficar em Ceuta até D. Fernando seu irmão ser libertado. O infante D. João chega a Ceuta numa quarta-feira e vai para o porto de Arzila, levando o filho de Sallah Ben Sallah consigo para resgatar o Infante D. Fernando. O meio irmão de D. Henrique, D. João, tinha partido de Ceuta a 29 de Outubro. Sallah Ben Sallah recusa a proposta. D. Henrique escreve a D. Duarte uma carta com palavras de incentivo, contando-lhe assim como sucedeu o episódio que levou D. Fernando a refém dos mouros. D. Henrique escreve também ao Rei de Castela, defendendo na sua carta a recusa de entrega de Ceuta, em troca do seu irmão, o infante D. Fernando. Como adiante analisaremos, este parecer não foi muito bem recebido por D. Duarte, que convocou Cortes em 1438 exactamente por isso; e também pelo infante D. Pedro, assim como os restantes infantes seus irmãos, que estavam contra a expedição desde que esta surgiu como possível continuação da expansão ao Norte de África⁷³. No que concerne ao Infante D. Henrique, este permaneceu em Ceuta, não marcando presença na corte durante as Cortes de 1438, que se realizaram em Leiria.

Os portugueses que sobreviveram à expedição foram ter à Andaluzia e aí foram recebidos com grande hospitalidade⁷⁴. O rei português já tinha sabido da

⁷² LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XV, pág. 769.

⁷³ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XV, pág. 770.

⁷⁴ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XV, pág. 770.

notícia de insucesso da expedição e caiu numa profunda tristeza, que foi um pouco atenuada por Álvaro Vaz de Almada, capitão-mor.

Chegados a Portugal, o rei mandou reunir cortes no ano seguinte, 1438, em Leiria. Estas cortes tinham como principal objectivo discutir se Ceuta era entregue e de que maneira se resgataria o infante D. Fernando.

Epílogo

Regresso a Portugal e naufrágio na Andaluzia

O regresso a Portugal foi bastante atribulado. Os portugueses saíram do porto de Tânger com grandes dificuldades, como foi dito e explicado anteriormente. Os feridos e doentes que sobreviveram à expedição foram muito poucos; muitos portugueses morreram, até que se deu um naufrágio em Sevilha, na Andaluzia. Salientamos que só muito poucas pessoas foram ter à Andaluzia.

Aqui os portugueses foram muito bem recebidos, como observa Luís Miguel Duarte⁷⁵ e Rui de Pina⁷⁶. Portugal estava já de relações reatadas com Castela, embora houvesse alguns tumultos diplomáticos por causa da questão das Canárias e mesmo da invasão que foi perpetrada em Tânger⁷⁷. Os autores citados, são unânimes em dizer que os portugueses foram muito bem tratados pelos andaluzes. Inclusive, o primeiro autor faz referência ao tratamento que foi dado a estes habitantes, quando os portugueses fizeram o bloqueio de Sevilha, por D. Fernando; contudo, em 1437 os portugueses receberam o total apoio dos andaluzes. Tratados os feridos, estes embarcaram para Portugal e cá chegaram, onde foram todos recebidos pelo rei, à medida que chegavam a terras lusas.

Reacção do Rei: a eterna culpa

Como seria de esperar, D. Duarte não reagiu da melhor forma ao trágico fim que teve a expedição por si autorizada a África. Os sintomas depressivos, dos

⁷⁵ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte, Requiem por um rei triste*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005, pág. 248.

⁷⁶ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XV, pág. 770.

⁷⁷ Os castelhanos afirmavam que tinham direito pleno às terras de Marrocos porque descendiam do último rei visigodo que marcou presença no Norte de África.

quais já se tinha livrado, pelo menos a fase mais crítica da depressão que teve anteriormente, reapareceram e em força. O rei ficou num estado de letargia tal, de melancolia e profunda culpa que nada o animava. Sentia-se responsabilizado pelo insucesso da empresa, o que não era de todo mentira, uma vez que este tinha autorizado a expedição, mesmo contra a sua vontade, e por influência do seu irmão, o infante D. Henrique. Este, depois do desastre de Tânger, assumiu bem o seu papel de actor de tragédia grega e ficou no Algarve muito tempo, não estando presente nas cortes de 1438. O Infante diria ao rei que só estaria presente na capital do reino, quando estivesse já com o seu irmão D. Fernando, que estava cativo em Fez, por esta altura, e que via o seu cativo e tratamento endurecer cada vez mais. Contudo nem todas as pessoas se lamentaram e muitos pediram favores a D. Duarte quando este se apresentava no seu *estado melancólico*.

Reacção dos Nobres que animaram o rei:

Álvaro Vaz de Almada chegou à beira do rei, fez bem o seu papel de animador. Muita da nobreza do rei morreu na expedição. Muitas eram as famílias que sofreram rudes golpes, mas também muitas eram as que pediam ao rei mercês, e o rei concedia, dado o seu estado de grande culpa.

Foi então que a família Almada foi junto do rei, aprimorou-se e apresentou-se-lhe dizendo que em Tânger os portugueses se portaram como heróis. Os sinos deveriam repicar pelos portugueses que se bateram naquela parte de Marrocos. Álvaro Vaz de Almada diz ao rei que este deveria estar feliz por ter nobres tão valorosos e que se deveria comemorar pelo facto de eles estarem salvos e sãos. Esta reacção de Almada, veio dar muito alento ao rei.

Contudo este alento era um alento passageiro, pois o rei caía em depressão constantemente, devido à culpa que sentia. Tinha um problema em mãos, talvez um dos maiores dilemas que o afligiu em todo o seu reinado: entregar Ceuta ou sacrificar o seu irmão, o infante D. Fernando?

É precisamente esse assunto que vamos tratar na alínea seguinte do nosso trabalho.

Cortes de 1438: Ceuta ou D. Fernando?

È então que se reúnem as últimas cortes do reinado de D. Duarte. Estas tiveram lugar a 25 de Janeiro e acabaram em 6 de Fevereiro de 1438. O ambiente em redor destas cortes era sem dúvida, pelas ilações que se podem tirar das fontes analisadas, de uma tensão incrível. O infante D. Henrique, o principal responsável por este desastre militar e seu incitador, não estava presente. A justificação, má a nossa ver e sem fundamento, para não ter marcado presença em tais cortes, foi o facto de o irmão ter ficado em África e de ele se sentir responsável por isso. Ao analisarmos bem as fontes cronísticas e a bibliografia de que dispomos, esta justificação parece-nos totalmente descabida.

Julgamos que D. Henrique teve vergonha da sua derrota e não quis enfrentar a ira dos seus irmãos que eram contra tal expedição; por isso não marcou presença em cortes na cidade de Leiria. Ele que tinha estado presente na conquista de Ceuta e que era sem dúvida nenhuma um dos homens mais ricos do reino, senão o maior, não queria enfrentar tal desprestígio e preferiu ficar no Algarve. D. Duarte era de tal forma uma marioneta nas mãos do seu irmão que teve que se deslocar a Portel para se encontrar com ele. Ele que era o rei, ele que era quem mandava nos destinos do país, ele que era a cabeça, cujos seus súbditos eram o corpo. D. Henrique transmitiu ao rei a sua vontade expressa de permanecer no Algarve até ter seu irmão de volta; mas, também deu a entender que queria que nova cruzada a Marrocos se realizasse, agora com a ajuda de todos os reinos cristãos. Tal como fazem transparecer Luís Miguel Duarte e Peter Russell, nas biografias que elaboraram de D. Duarte e D. Henrique respectivamente, *O Navegador* ainda não tinha aceitado a sua completa derrota, o seu completo fracasso como estratega militar; e, mais ainda, se o tinha aceitado, queria acreditar que era possível recuperar o irmão, D. Fernando, sem entregar Ceuta. Esta cidade era *a menina dos seus olhos*, pela qual ele lutou. Portanto, como será de depreender, Ceuta era uma carta que não se poderia jogar como troca fosse do que fosse. O rei também não se sentia muito disposto a abandonar a cidade assim sem mais, e tirar o título de Senhor de Ceuta da sua intitulação régia. Além do mais, muitos dos presentes nas cortes tinham-se esforçado, deveras, para a conquista de 1415.

Vejamos como se passou a reunião de Cortes de 1438:

Depois do discurso de abertura de João do Sem, que deu claramente a entender que a entrega de Ceuta era uma hipótese que nem se deveria formular, no seu discurso, ouviram-se as diferentes opiniões. Primeiro dos irmãos do rei com a excepção de D. Henrique, e depois as restantes ordens sociais (clero, nobreza e povo) fizeram-se ouvir. Dessa amálgama de opiniões formaram-se quatro partidos.

- I. O primeiro partido defendia a libertação do infante D. Fernando e a entrega de Ceuta de imediato aos marroquinos, assim como a entrega do filho de Sallah ben Sallah. Teriam que respeitar o pacto assinado de capitulação. Este partido era encabeçado por D. Pedro e D. João, por alguns nobres (embora muito poucos) e pela maioria dos concelhos com a excepção dos concelhos do Porto, Lisboa e concelhos algarvios, que viam em Ceuta uma grande fonte de rendimentos para os seus comerciantes;
- II. Este partido era defendido pelo Clero, que entendia que Ceuta não poderia ser entregue assim de qualquer maneira aos mouros, uma vez que já tinha igrejas cristãs, assim como muitos clérigos que procuravam evangelizar cada vez mais os muçulmanos. Não podia ser entregue sem consentimento papal que era dono espiritual de todo o globo. O porta-voz deste partido era D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga. Este partido tinha mais pessoas que o anterior;
- III. O terceiro partido, diríamos que, era o mais moderado de todos os partidos, pois evitava soluções extremas. Dever-se-ia tomar as providências necessárias para resgatar D. Fernando das mãos dos muçulmanos, quer fosse por nova cruzada contra os marroquinos, quer por dinheiro, troca de cativos ou tratados de paz perpétua. Se estas hipóteses não funcionassem, aí sim entregava-se Ceuta. Contudo, entregar-se-ia Ceuta depois de consultar os mais experimentados teólogos e estudiosos do Direito canónico, uma vez que Ceuta pertencia espiritualmente a Deus. Infelizmente a crónica e

demais bibliografia consultada para este trabalho não diz quem defendeu este partido ou quem era o seu líder/ representante;

IV. Finalmente, o quarto partido era encabeçado pelo Conde de Arraiolos. Este homem que, segundo Rui de Pina, se veio converter no homem mais rico do reino, baseou-se nas Sagradas Escrituras e numa série infinita de citações bíblicas. Ceuta não se poderia entregar de nenhuma forma, fosse por D. Fernando ou outra pessoa qualquer. Este homem gozava de uma extrema influência junto do rei, e era também um homem extremamente respeitado quer na cúria régia quer no reino. O conde fez notar que em circunstâncias daquelas, como as que se viveram em Marrocos no ano anterior, faria com que qualquer um assinasse qualquer tratado de capitulação, sem que depois houvesse necessidade de se cumprir o assinado. Este era um parecer oportunista, segundo Luís Miguel Duarte e pelo qual partilhamos também da sua opinião. No entanto, revelou-se eficaz a persuadir o rei de que Ceuta não poderia ser entregue.

Esta era a opinião que o rei partilhava, ou seja a não entrega da cidade de Ceuta. O rei limitou-se a seguir a maioria ou simplesmente a sua vontade? Pensamos seriamente que as duas. Não era de modo nenhum vontade do rei, fosse ou não influenciado pelos irmãos ou nobres de corte, entregar Ceuta, depois de tanto trabalho que dava a manter e que deu a conquistar. É necessário lembrar que Ceuta era o começo da política expansionista que o pai lhe deixou como herança, Ceuta onde foi armado cavaleiro e Ceuta da qual ele era agora senhor. É natural que se sentisse culpado pelo desastre pois foi ele que ordenou que se preparasse a expedição a Marrocos, mas não queria de maneira nenhuma entregar Ceuta.

Nestas cortes ficou decidido então que não se entregaria a cidade de maneira nenhuma e que se formulariam outras soluções para o resgate de D. Fernando. Entretanto, D. Duarte escreve ao Papa, perguntando-lhe se deveria entregar Ceuta aos mouros; e, a resposta não podia ser outra senão um redondo não. Ceuta não se deveria entregar aos mouros de maneira nenhuma, dizia o Papa

na carta, e este rezaria por D. Fernando para que este pudesse sair do cativeiro⁷⁸.

Moral da História: Ceuta não foi entregue e D. Fernando ficaria em cativeiro, até morrer.

Fim do Infante D. Fernando:

Ao analisarmos a Crónica do Infante D. Fernando, escrita por Frei João Álvares, deparamo-nos mais com uma hagiografia, do que com um relato fidedigno do que realmente aconteceu a este infante. O cronista⁷⁹ quer sem dúvida nenhuma realçar os sacrifícios por que D. Fernando passou, fazendo deste um santo, mais do que um príncipe. E a verdade, é que merecido ou não, conseguiu-o fazer santo na voz do povo. É sem dúvida um epíteto sem fundamento, mas eficaz no que diz respeito à cultura e mentalidades do reino e à posterior mentalidade portuguesa.

Como já dissemos, D. Fernando foi feito refém em Tânger após a derrota dos portugueses. Daí foi levado para Arzila, onde os mouros esperaram que se entregasse Ceuta. Apesar de o infante português ter escrito ao rei, seu irmão, uma carta em que relatava as condições a que estava a ser sujeito, e de esta mesma carta ter impressionado as cortes de Leiria de 1438, o resultado foi infrutífero. Não se entregou Ceuta, não se resgatou o infante e este foi transferido para Fez, onde o regime de encarceramento apertou bastante e foi mais doloroso. O dilema do rei continuava, apesar de tudo. D. Fernando era cada vez mais maltratado na prisão em Marrocos. Entretanto o rei morre em Tomar em 1438, de peste, e as esperanças de vir a ser resgatado são cada

⁷⁸ LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975, Cap. XVII, pág. 774.

⁷⁹ ÁLVARES, Frei João – *Tratado da Vida e Feitos do Mui Vertuoso Senhor Ifante Dom Fernando*, ed. crítica de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1960, pág. 1-17.

vez menores para D. Fernando. Assume a regência do reino o seu irmão, o Infante D. Pedro, durante a menoridade de D. Afonso, futuro D. Afonso V.

D. Fernando ainda faz uma tentativa desesperada para que se entregue Ceuta aos marroquinos, o que mais uma vez não surtiu qualquer efeito. Este acaba por morrer em 1443, no cativeiro em Fez, depois de muito ter sofrido, segundo o seu *hagiógrafo*. Repousa na Batalha, na Capela do Fundador.

Fim simbólico

Não poderíamos terminar este trabalho sem lhe dedicarmos um fim simbólico. O fim deste infante foi sem dúvida um gesto de sacrifício para a mentalidade portuguesa. Para o reino e as pessoas da época, D. Fernando sacrificou-se em prol de Ceuta, para que esta cidade não fosse cair em mãos alheias, ou seja os muçulmanos, há muito inimigos da Cristandade. Este homem foi feito mártir, do ponto de vista dos homens da sua época. Morreu, talvez, por uma situação que ele provocou, pois não nos esqueçamos de que D. Fernando tinha pedido a D. Duarte para lhe aumentar a riqueza, uma vez que era filho de reis e tinha esse direito. Não queria andar a pedir dinheiro aos outros, o que muitas das vezes aconteceu. Bastou isto para lhe causar vergonha e dizer ao rei que sairia do país para servir outro reino ou mesmo o Papa, uma vez que D. Fernando era muito devoto. Acabou por ir para Tânger onde foi preso, por causa dos *grandes planos estratégicos* do seu irmão D. Henrique. Por sua causa passou um triste cativeiro e morreu sem glória nem fortuna. Ele que era um membro da Casa de Avis e da *Ínclita Geração*. De infante passou a mártir, de mártir a santo, embora neste ultimo caso só considerado pelo povo como tal.

Conclusão

Balanço Político Militar de Tânger:

Chegados ao fim deste trabalho, a pergunta que se segue é a seguinte: O que significou o Desastre de Tânger de 1437? Que ilações se podem tirar desta malograda campanha?

Analisando ao pormenor todo o trabalho feito até agora, verificamos, e somos da opinião clara, que Tânger, quer do ponto de vista político, quer seja do ponto de vista militar, foi um completo desastre, que deixou o país bastante desprestigiado. A nosso ver, desprestigiou também a fama de D. Henrique, que viu sem dúvida os seus planos gorados com esta derrota. A derrota era um espectro que estava presente desde o início da expedição, por vários factores:

- a) Não haviam soldados suficientes;
- b) Não houve segredo;
- c) Não houve recolha de informação, como aconteceu com Ceuta;
- d) Não estavam preparados devidamente;
- e) Não foram ouvidos nenhum dos conselhos que o rei deu;
- f) D. Henrique não era, nem nunca foi um bom estratega, gozando sempre mais da fama que tinha do que as qualidades que possuía. Era muito corajoso, mas mau estratega e comandante;
- g) Não houve organização nenhuma em batalha, combatendo muitas das vezes cada um por si;
- h) Faltou muitas vezes, mesmo nas situações mais difíceis, o espírito de grupo e entreajuda entre os soldados portugueses⁸⁰.

⁸⁰ Lembre-se da cobrança que se fazia para que os soldados entrassem nos barcos, durante os ataques mouros finais em Tânger.

Existiu também, no nosso entender, fracasso político, pois o acordo celebrado entre portugueses e marroquinos não foi cumprido pela nossa parte. Todas as tentativas que se fizeram para resgatar o infante D. Fernando foram rejeitadas. O infante D. Pedro, que defendia a entrega de Ceuta nas Cortes de 1438, respondeu ao apelo que o seu irmão em cativeiro lançou, já desesperado, que se entregasse a cidade; mas esta tentativa foi gorada. Parece-nos que faltou clareza de espírito e que a prudência e sabedoria de que D. Pedro tanto gozava, se afastaram definitivamente quando este assumiu a regência do trono.

Este estudo reflectiu sobre a campanha militar de Tânger desde que esta foi formulada como hipótese de expansão do reino (1433), até à derrota em Tânger (1437) e o fim de D. Fernando, já em 1443. Esperamos ter contribuído para elucidar as dúvidas que este tema envolvia, desmistificando alguns assuntos e protagonistas do objecto em estudo. Tentamos ao máximo cumprir rigorosamente o plano que foi traçado pelo nosso orientador e por nós. Procuramos explicar cada ponto, embora existam sempre lacunas que são próprias de um trabalho científico. Destacamos as nossas dificuldades para o facto de este assunto ter sido um dos maiores problemas que a História de Portugal enfrentou, o que levou a ser relegado para segundo plano, não se investigando o assunto durante muito tempo.

Por outro lado, desejávamos que este estudo fosse inovador, no sentido em que não foi muito tratado pela historiografia portuguesa. Esta temática da História de Portugal, a guerra, sempre foi do nosso interesse, e sempre manifestámos o mais profundo agrado em fazê-lo.

Este trabalho tem três momentos distintos:

- I. A Preparação Militar da Campanha;
- II. A Execução do Plano em campo de batalha e suas consequências;
- III. O Desfecho da expedição e suas repercussões político-militares;

Foram esses três momentos que apresentámos no plano do nosso trabalho científico e que tentamos seguir com rigor. Sempre que possível conjugamos as diversas opiniões dos vários autores e tentamos expor a nossa, desenvolvendo os nossos argumentos.

Deixamos no entanto este trabalho em aberto, para que posteriores leitores e investigadores que andam, como nós, a navegar nos mares de Clio, possam complementar algum aspecto que achem que não foi tratado com o devido rigor neste trabalho.

Fontes e Bibliografia

ÁLVARES, Frei João – *Tratado da Vida e Feitos do Mui Vertuoso Senhor Ifante Dom Fernando*, ed. crítica de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1960;

Chancelarias Portuguesas. D. Duarte, vol. I, tomos 1 e 2, vol. II e III, ed. João Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002;

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Duarte. Cortes de 1436 e 1438, Lisboa, Centro de Estudos Históricas da Universidade Nova de Lisboa, 2004;

CRUZ, Abel dos Santos – *A Nobreza Portuguesa em Marrocos (1415-1437)*, Porto, FLUP, 1995

DINIS, António Joaquim Dias – *Antecedentes de Tânger*, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, vol. XIII, pp. 57-82, 1963;

Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos, ed. Pedro de Azevedo, tomos I (1415-1450), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934;

Documentos sobre a Expansão Portuguesa, prefácio e notas de Vitorino Magalhães Godinho, vol. II, Lisboa, ed. Gleba, 1945;

DUARTE, D. – *Livro dos Conselhos de el - Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. de João Alves Dias, Lisboa, Ed. Estampa, 1982;

DUARTE, D. – *Leal Conselheiro*, ed. crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, prefácio de Afonso Botelho, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988;

DUARTE, Luís Miguel - *A Marinha de Guerra. A Pólvora. O Norte de África*, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, coord. de José Mattoso, 2003.

DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte, Requiem por um rei triste*, Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005;

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1962;

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008;

LEÃO, Duarte Nunes - *Crónica dos Reis de Portugal*, Porto, Lello e Irmão, 1975;

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1987;

MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998;

MONTEIRO, João Gouveia – *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os Desafios da Maturidade*, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, coord. De José Mattoso, 2003;

Monumenta Henricina, ed. António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, vol. IV, V e VI, 1960-1964;

Obras dos Príncipes de Avis. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e Irmão, 1981.

RUSSELL, Peter – *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004;

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960;

SOUSA, Armindo de – *D. Duarte (1433-1438)*, in *A Monarquia Feudal 1325 - 1480*, 2º vol. da História de Portugal, dir. José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 500- 503, 1993;

SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Porto, INIC-CHUP, 2 vols, 1990.

Outras Fontes

Google Earth